



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 18/17-21 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2020/09/25**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata foi substituída por José Luis de Lima.
- Paulo Pinto Pereira, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, faltou, cuja falta foi justificada.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pelo secretário Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- António Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por António Manuel Pais Presa.
- Josefina Jesus C. Fernandes Covinha, Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, substituída pelo Tesoureiro Manuel Lages Ramalhosa.
- João Alberto Marques Costa Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Paula Margarida de Sousa e Almeida.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

- Maria Emília Roda Fernandes Lopes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Simaura Ferreira Fonseca, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- João Filipe da Costa Lages, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído José Valdemar Ferreira Vieira.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de junho 2020;
- c) – Primeira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM);
- d) – 1ª Revisão ao Orçamento Municipal do Ano 2020;
- e) – Alteração Modificativa ao Orçamento;
- f) – Assunção de Compromisso Plurianual Específico Relativo ao Procedimento “Ampliação da Escola Básica e Secundária e Espaços de Integração para o Ensino Articulado de Vila Praia de Âncora;



Assembleia Municipal de Caminha

- g) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares;
- h) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares;
- i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares;
- j) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares;
- k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares;
- l) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares;
- m) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família.
- n) – Minuta de Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa uma Moção, apresentada pelo representante da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”, um Voto de Pesar pelo falecimento de José Henrique Leal Costa, apresentado pelos representantes do Partido Socialista, Partido Social Democrata e CDU, um outro Voto de Pesar pelo Bispo de Viana do Castelo, D. Anacleto Oliveira, apresentado pelo representante do Partido Social Democrata, uma proposta de Encerramento, também apresentada pelo representante do Partido Social Democrata, e por fim um Voto de Louvor apresentado pelo representante do Partido Socialista.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, leu o seguinte Voto de Pesar;
“No passado dia 31 de agosto o Concelho de Caminha viu partir José Henrique Leal Costa.

Este foi o Concelho que adotou e esta foi a casa em que tantas vezes o ouvimos nas suas intervenções, em representação do Partido Comunista Português, nas suas diferentes coligações e mandatos.

Para alguns de nós está ainda presente a sua capacidade, eloquência e objetividade com que a sua firmeza se fazia sentir, granjeando um amplo respeito político e pessoal.

Este é o órgão municipal que melhor testemunha o seu exercício de honra e compromisso assumido com as populações que defendeu, incansável, na sua identidade ideológica, feita de trabalho, honestidade e competência.

Sobra da comunidade o reconhecimento público das marcas deixadas no ensino e no desporto, elevando sempre a ação coletiva e associativa, com reflexos expressivos no Concelho de Caminha.

Partiu um camarada, partiu um companheiro, partiu um amigo!

Assim, é proposto que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 25 de setembro de 2020, delibere:

1. aprovar um voto de pesar pelo falecimento de José Henrique Leal Costa;



Assembleia Municipal de Caminha

2. cumprir um minuto de silêncio em sua memória;
3. endereçar à família sentidas condolências.

Assembleia Municipal de Caminha, 25 de setembro de 2020”

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o Voto de Pesar para votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida cumpriu-se um minuto de silêncio.

Logo de seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, leu o segundo Voto de Pesar; “O grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha apresenta um voto de pesar pela inesperado e trágico acidente de viação ocorrido em 17-09-2020, que vitimou o Bispo de Viana do Castelo, D. Anacleto Oliveira.

Nas palavras do Papa Francisco, D. Anacleto Oliveira era um zeloso pastor, que foi autêntica testemunha do Evangelho no meio do seu povo, apontando a senda da verdade e da caridade e do serviço à comunidade.

O seu desaparecimento é uma perda irreparável para todo o Distrito de Viana do Castelo e Concelho de Caminha, deixando-nos um legado religioso e cívico que muito contribuiu para o fortalecimento dos valores pastorais e humanistas na nossa região.

Será sempre lembrado pelo seu sorriso constante, pela sua alegria e bom humor, sempre dialogante e pronto a ajudar, como aconteceu quando por diversas vezes ao longo dos seus 10 anos de bispado, visitou diversas Freguesias e Instituições do Concelho de Caminha.

Que repouse na Paz do senhor.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o Voto de Pesar para votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Mesa**, de seguida leu o Voto de Louvor;

Handwritten signature in blue ink.



Assembleia Municipal de Caminha

“No pretérito dia 17 de setembro, sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa conferiu posse, no Palácio de Belém, aos novos membros do XXII Governo Constitucional.

Na referida sessão, tomou posse Marina Sola Gonçalves, natural de Seixas e atual deputada Municipal desta Assembleia, como Secretária de Estado da Habitação, sob tutela do Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

O percurso político desta nossa conterrânea fala por si e orgulha todos os Caminhenses.

Tendo exercido diversas funções políticas, Marina Gonçalves era, até então, deputada à Assembleia da República, eleita pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, funções que sempre exerceu com elevado empenho, dedicação e responsabilidade, tendo inclusive sido eleita vice-presidente da bancada parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República.

O convite que lhe foi dirigido pelo Primeiro Ministro de Portugal, não só honra o legado de Marina Gonçalves, mas honra também o Município de Caminha, por ter cidadãos e cidadãos de reconhecido mérito.

Pela primeira vez, uma caminhense integra o Governo da República, com todas as exigências que as funções acarretam.

Do exposto, propõe-se a aprovação do presente Voto de Louvor, na sessão ordinária de 25, de setembro de 2020, a Marina Sola Gonçalves, Deputada Municipal desta Assembleia e atual Secretária de Estado da Habitação.

Do presente, deverá ser dado conhecimento:

- À Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves;
- Ao Primeiro Ministro de Portugal, António Costa;
- Ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos”

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o Voto de Louvor para votação, o qual foi aprovado por 33 votos a favor e 2 contra.

(Handwritten signatures)



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e disse o seguinte;

“A Conferência de Representantes dos Grupos Políticos que se opera em Comissão Permanente acordou em tempo útil que esta era matéria sobre a qual se deveria pronunciar previamente à apresentação em Assembleia. A verdade é que nem o PS, nem as Freguesias se fizeram representar na última reunião. E pena é que não o tivessem feito. Em primeiro lugar porque esse é um órgão consultivo do Presidente da Assembleia pelo disposto no número 3 do Artigo 45º; em segundo lugar porque haveria a oportunidade de uma vez mais a CDU afirmar o que entende sobre os votos de Louvor, evitando a necessidade desta intervenção e a exposição pessoal que ela sempre acarreta. É sempre, em nosso entender, um pensamento pequeno, popularmente reconhecido até como provinciano, aquele que confunde a pessoa com a função. A Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves, membro desta Assembleia, merece, a título pessoal, o maior encorajamento para que desempenhe da melhor forma as suas funções. Mas estas apenas lhe foram atribuídas num quadro político partidário conjuntural, sendo nomeada pelos seus pares políticos, e merecendo por isso grande satisfação do PS local, mas esta é uma nomeação que se afasta da leitura que fazemos do que é um ato, ação ou exercício merecedor de voto de louvor.

Por isso, pela defesa de critérios que não banalizem o louvor atribuído pela Assembleia, entendemos que não há enquadramento para este voto, não deixando contudo de felicitar a recém empossada Secretária de Estado pelas novas atribuições que o seu partido lhe decidiu confiar, e que o seu desempenho possa, aí sim, vir a merecer um voto de louvor por garantir que num país desenvolvido não haja cidadão sem habitação, nem habitação a

J. C. Ribeiro



Assembleia Municipal de Caminha

condicionar a sobrevivência do cidadão, como infelizmente sabemos que acontece.

O enquadramento aqui invocado não pode confundir a agremiação da família política e a meritocracia na vida interna dos partidos, bem presente na nomeação para cargos políticos, com outros que testemunhem um exercício louvado por órgão plurais, no exercício da democracia representativa.

Nestes termos o voto da CDU será contra este voto de louvor.

Disse.”

De seguida a **Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Sónia Lajoso**, leu a moção;

“Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.



Assembleia Municipal de Caminha

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão.

De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS.

O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento.

A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações.

A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça e é uma exigência democrática.

Assim, a Assembleia Municipal de Caminha reunida a 25/09/2020, delibera:

- 1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos;
- 2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.

O(s) proponente(s),

Assembleia Municipal de Caminha, 25 de setembro de 2020”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de

Handwritten signature in blue ink.



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e de seguida fez a seguinte declaração de voto;

“O Partido Socialista foi frontalmente contra a Lei da Reorganização Administrativa do Território conhecida como “Lei Relvas”, aprovada pelo PPD/PSD. Foi no passado e é no presente.

Não concordamos com a Fusão de Freguesias contra a sua vontade e muito menos da forma como foi feita, a régua e esquadro, muitas vezes uma reorganização desfasada da realidade vivida em cada território.

O atual governo tem como objetivo, depois de avaliar a situação atual, reverter algumas situações criadas que, depois de tantos anos se veio a comprovar serem situações não ajustadas.

Não obstante, outras situações ganharam aceitação e paz social nesta nova vivência.

Pelo exposto, não concordando com as considerações efetuadas e apresentadas na moção, iremo-nos abster, pois deverá ser dada a palavra às populações, e deverão ser criados critérios objetivos que informem as soluções a adotar.”

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a Moção para votação, a qual foi rejeitada por 7 votos a favor e 28 abstenções.

O **Senhor Secretário da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Ernesto Veiga**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e fez declaração de voto, para fundamentar que o seu voto foi a favor porque sempre foi contra esta agregação de freguesias, porque seria incoerente com a sua posição de outrora, agora se abster.

[Handwritten signatures in blue ink]



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature]

O **Senhor Deputado Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida leu proposta de encerramento;

“Como sabemos a Infraestruturas de Portugal resolveu de uma forma silenciosa reabrir desde o mês de julho passado, uma passagem de nível da Linha do Minho, localizada no Lugar de Coura, freguesia de Seixas.

Rampeada pela Câmara Municipal de Caminha na estrada que a serve, foi reaberta para o trânsito automóvel e peões, sem qualquer sistema de segurança.

Hoje de manhã ocorreu um sério acidente, felizmente sem vítimas, mas com danos materiais avultados, já que um veículo automóvel vai para a sucata.

Uma vez que se desconhecem as razões que motivaram a IP a reabrir esta PN; Uma vez que esta linha está a ser eletrificada, aumentando por isso a velocidade média;

Uma vez que se desconhece se os responsáveis por esta abertura se responsabilizam pelos acidentes que possam vir a acontecer, e, que pelos vistos já acontecem;

O Grupo de PSD da A.M. de Caminha propõe o encerramento imediato e definitivo desta Passagem de Nível, até estarem acauteladas as questões de segurança, ou seja, avisos sonoros, luminosos e/ou barreiras.”

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que houve um incidente naquela passagem de nível na manhã do dia de hoje, quando uma Senhora levava os seus filhos para



Assembleia Municipal de Caminha

escola, acabou por se assustar com o encosto da sua viatura junto à passagem de nível que acabou por ficar com a roda presa, logo de imediato retirou os filhos do carro e juntaram-se ali vários populares onde tentaram retirar a viatura, no entanto, apesar da CP ter sido avisada o motorista não conseguiu parar o comboio, o qual acabou por abalroar a viatura.

Mas, há anos que esta é uma passagem de nível que a população de Seixas, e os Deputados da Assembleia de Freguesia do PSD, desejam para que fosse aberta, todavia, com todo o cuidado, desde a sinalética elétrica com as respetivas barreiras de segurança. E, foi reaberta em julho ainda sem as barreiras de segurança, existindo no local uma sinalética vertical, apesar da Junta de Freguesia pedir à população para não a usar, e informou de imediato as Infraestruturas de Portugal que aquela passagem de nível estava em perigo sem as barreiras de segurança. A Junta de Freguesia reuniu hoje com a Câmara Municipal, afim de se encontrar a melhor forma daquela passagem de nível ser infraestruturada para não ser encerrada.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que muito lhe estranha este pedido de encerramento de uma passagem de nível que no futuro irá beneficiar toda aquela população, pois já existia, e estava em terra batida, hoje beneficia de uma plataforma e como foi referido pelas Infraestruturas de Portugal será eletrificada, e essa obra irá decorrer aquando da eletrificação da linha. Mas, não deixa de estar muito preocupado com aquela passagem de nível e aquilo que ali hoje pedem é para que se chegue a um consenso, e que a passagem de nível continue aberta, com toda a segurança. E, solicita ao Senhor Presidente que não aprobe esta proposta de encerramento.

Muito obrigada.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que esta matéria tem duas ordens de razão e de análise que a CDU gostava de ver esclarecido.

Encontrando-se hoje em Vila Praia de Âncora uma freguesia que já foi muito penalizada por encerramentos de passagens de nível e que passados tantos

[Handwritten signatures in blue ink]



Assembleia Municipal de Caminha

anos começa a ter agora um horizonte mais próximo na resolução desses problemas. É, evidente que é sempre de lamentar qualquer incidente que aconteça numa passagem de nível, também não é menos relevante a apreciação da CDU para o facto de se ter aberto aquela passagem de nível naquilo que pareceu ser um ato muito repentino, no entanto, já percebeu que não o foi, até pela forma expressiva que o Senhor Presidente de Junta de Seixas ali levou o relato da continuo reclamação da população para a abertura dessa passagem de nível. Mas, há um dado curioso, porque a Câmara nesta situação em concreto teve um envolvimento, ou seja, as duas ordens de razão que falou no início prendem-se, se a Câmara teve um envolvimento, julga que mais do que falar, convinha ouvir-se para se perceber esse envolvimento e qual o enquadramento que motivou a abertura e sobretudo o envolvimento da Câmara para patrocinar o asfaltamento a essa mesma abertura. E, existe uma outra questão mais formal, não sabem até que ponto este órgão deliberativo tem poder para encerrar aquela passagem de nível, por decisão desta Assembleia Municipal, mas, podem votar uma deliberação que procure de alguma forma forçar esse encerramento, não determinar o encerramento de imediato por decisão desta Assembleia Municipal, porque se assim fosse lamenta que no passado não se tenha feito o mesmo para não deixar encerrar a Travessa do Teatro, em Vila Praia de Âncora, e estas são as duas ordens de razão que ali importa esclarecer.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social, e todos os munícipes que nos seguem de casa, disse que o seu grupo apresentou esta proposta de encerramento e como se lê no último paragrafo "O Grupo de PSD da A.M. de Caminha propõe o encerramento imediato e definitivo desta Passagem de Nível, até estarem acauteladas as questões de segurança, ou seja, avisos sonoros, luminosos e/ou barreiras", ou seja, esta

φ
2.
£



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

passagem de nível não tem nenhuma desta sinalética, e aquilo que estão a pedir é o encerramento definitivo desta passagem de nível até estarem criadas as condições para ela poder funcionar regularmente e normalmente como todas as outras. Estão cientes que toda a população de Seixas se quer servir desta passagem de nível, mas, com toda a segurança. E, aquilo que não querem é ficarem responsáveis por futuros acidentes nem que sejam apenas materiais, ou vidas que venham lá a se perder.

Por fim, reforça o Senhor Deputado que a proposta apresentada é só até estarem todas as medidas acauteladas nas questões de segurança, ou seja, avisos sonoros, luminosos, porém, sem estas medidas de segurança estarem acauteladas, aquela passagem de nível não deveria estar aberta, independente das Infraestruturas de Portugal ter ali aberto uma exceção, não se trata disso, apenas estão a contestar o fecho desta passagem de nível até estarem criadas todas as condições de segurança.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e a todos aqueles que nos acompanham a partir de casa, disse que agradece o facto de ali poder dar nota do conhecimento que a Câmara tem sobre esta matéria, e lamente o incidente que se deu esta manhã e que a todos os preocupou, foi o Senhor Presidente de Junta que o informou sobre o ocorrido, e naqueles primeiros minutos não sabiam qual seria a gravidade do que tinha acontecido, e logo com algum alívio por perceber que não tinha havido nenhum problema com a vida das pessoas. E, aquilo que aconteceu foi um incidente que a condutora da viatura, antes de suspeitar uma passagem do comboio, ou seja, numa passagem normal, a viatura saiu da sua faixa de rodagem, facto que ainda não se conseguiu apurar, e caiu para dentro da linha, não teve a ver com o facto de passar a faixa com maior ou menor dificuldade, de imediato retirou os filhos, chamou pessoas para tentar retirar o carro da via, não o conseguiu até que



Assembleia Municipal de Caminha

chegou o comboio, tentaram avisar o maquinista, mas, foi manifestamente impossível travar o comboio e acabou por abalroar a viatura.

Disse ainda que mesmo que houvesse sinais sonoros e barreiras, este acidente em qualquer circunstância ocorreria, ou seja, a Senhora ficaria na linha, a barreira cairia sobre a viatura e seria abalroada em qualquer circunstância. Porém, isto não afasta o perigo que existe naquela passagem, e aquilo que se tem que fazer é um pouco o histórico sobre este tema, e disse que quando as Infraestruturas de Portugal anunciaram que iriam fazer a modernização da linha do Minho, houve várias preocupações em vários momentos da nossa linha que passam por rebaixar a linha em determinado tipo de tuneis, como é o caso da Senhora da Agonia até à estação de Caminha, em Seixas tem mais do que um caso, em Moledo houve a necessidade de retirar algumas pontes particulares e coloca-las mais altas, no caso da Travessa do Teatro está a decorrer uma obra com uma passagem desnivelada, onde não existia e tinha sido encerrada, e em Seixas existe um anseio antigo da população e dos diversos partidos políticos sobre a necessidade de se resolver um problema que existia naquela zona de coura, e mais ou menos aonde hoje é a passagem, existia uma passagem que permitia que viaturas agrícolas e outras viaturas passassem sem qualquer segurança numa zona de terra batida, com pouca visibilidade. Existia um outro espaço de passagem não para viaturas mas muito utilizado pelas pessoas passarem de um lado para o outro junto à Capela de St.º António vindo da estrada nacional, junto a um caminho em arvoredo. No entanto, aquilo que se conseguiu e muito bem com a pressão da Junta de Freguesia convencer as Infraestruturas de Portugal a transformar aquela passagem de veículos e de peões sem segurança, numa só passagem com condições de segurança. Quando a obra esteve para se fazer foi pedido à Câmara Municipal que fizesse a rampa em condições para que as pessoas possam galgar, por isso, a Câmara fez lá uma obra em asfalto que permitiu o galgamento daquela zona, foram cortadas todas as árvores nas mediações permitindo melhor a leitura, e está colocada na zona sinalética vertical de

[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Caminha

perigo. Porém, o que não está colocado, são os sinais sonoros, luminosos e as barreiras, não estão, mas são para estar; a Câmara e a Junta de Freguesia sempre disseram que deveriam ser colocados ao mesmo tempo da abertura, mas, tem havido um atraso na colocação desses sinais. O Executivo perguntou às Infraestruturas de Portugal se se sentiam confortáveis com aquela passagem, e responderam que se sentiam confortáveis, que é absolutamente legal que aquilo que está no local está previsto na Lei e existem 300 passagem no País exatamente como aquela, mas, mesmo assim o objetivo é de se colocar lá as barreiras e os semáforos e o executivo é isso que pretende, porém, disse ainda o Senhor Presidente que se pode pedir que seja encerrada, mas não é este órgão que a pode encerrar, não tem essas competências, e, pode-se pedir o seu encerramento com as condições que o PSD ali levantou, ou sem condições nenhuma, no entanto, se esta Assembleia Municipal votar uma moção no sentido de encerramento daquela passagem ela vai encerrar, não tem dúvidas sobre isso, porque aquilo que mais quer as Infraestruturas de Portugal é encerrar passagens desniveladas, mas, também nunca mais vai abrir. E, aquilo que a Câmara está a pressionar ao máximo as Infraestruturas de Portugal é no sentido de colocarem lá os sistemas sonoros, mas, dizem que estes sistemas são encomendados e fazem parte de uma empreitada à parte que estão à espera que seja concluída para que sejam colocados, mas, também não conseguem dar um prazo, e cada vez que se pergunta dizem sempre o mesmo, primeiro semestre de 2021, no entanto, a Câmara anda a insistir na colocação daquele sistema, agora, se esta Assembleia Municipal decidir o encerramento desta passagem, a Câmara não vai desrespeitar essa decisão, isso será a alegria que se pode dar às Infraestruturas de Portugal, esta é a sua vontade, e aquilo que se tem que fazer é continuar a batalhar pela colocação daquela sinalética, e se esta moção for aprovada contra a vontade da população mesmo sem competências deste órgão para deliberar o seu encerramento, neste sentido não duvida que haverá eficácia na ação de encerramento daquela passagem, logo, Senhores Deputados cabe a vocês



Assembleia Municipal de Caminha

decidirem sobre esta matéria, e aquilo que a Câmara Municipal fará se não for aprovada esta moção é apelar pela exigência de que sejam colocados lá os sinais sonoros, os sistemas luminosos e as barreiras, no entanto, a Câmara Municipal está disponível para na rede viária de acesso tomar outras ações, e ainda hoje esteve ao telefone com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e colocou-lhe a possibilidade abstrata de se poder encerrar a passagem de forma provisório, e aquilo que ele transmitiu foi muito claro que no dia que a encerrar, esse é também o ultimo dia daquela passagem desnivelada.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a proposta de encerramento para votação, a qual foi rejeitada por 22 votos contra, 7 a favor e 6 abstenções.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, disse que a sua declaração de voto, vem no sentido do voto que fez de abstenção, e disse que a passagem de nível deveria ser encerrada não pelas Infraestruturas de Portugal, mas, pela Câmara Municipal com algum tipo de gradeamento até que se resolva a questão da sinalética, para não dar a possibilidade de que haja mais algum tipo de incidente, pois esta é uma matéria que o preocupa.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, disse que a sua



Assembleia Municipal de Caminha

declaração de voto, vem no sentido do seu voto contra apresentado pela bancada do partido que representa, porque como morador na Freguesia de Seixas, compreende a necessidade para que aquela passagem de nível seja aberta, e isto só compreende quem vive em Seixas ou Lanhelas o constrangimento que é durante muitos fins de semana principalmente no Verão em passar mais de uma hora no para arranca devido aos semáforos colocados no Alto da Veiga, foi expressa esta sua opinião ao seu líder de bancada, que deveria esta passagem de nível estar aberta desde que fossem asseguradas todas as condições de segurança, desde a passagem de nível até ao entroncamento que vai dar com a estrada nacional 13, e é lógico que como Seixense nunca poderia votar contra o encerramento de algo que para eles é extremamente importante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto, e disse que na qualidade de eleito da CDU, vota contra esta moção, e tem por base a indicação e garantia dada ali pelo Senhor Presidente de Junta de que esta é uma reivindicação popular ao qual não podem ser indiferentes, e tem também a experiência que todos acumulam que garante que na verdade aquilo que ali foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara corresponde à realidade, que uma vez fechada é extremamente difícil de ser reaberta, como o disse no início Vila Praia de Âncora é um exemplo disso.

De seguida o Senhor Deputado, solicitou um pedido de esclarecimento porque não ficou esclarecido quanto à votação do voto de louvor.

O **Senhor Presidente da Mesa**, em resposta ao Senhor Deputado, disse que foi aprovado por 33 votos a favor e 2 contra.

**b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros
Assembleia**



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Início esta minha intervenção com o balanço da época balnear de 2020.

Com todos os constrangimentos originados pela atual pandemia da doença COVID19, foi uma época balnear que teve um final feliz, podia ter sido manchada por um trágico acidente, mas conseguiu-se evitar o pior, pelo que deixo aqui o meu agradecimento aos Nadadores Salvadores, às Escolas de Surf, ao Surf Clube Praia d'Âncora e a todos os surfistas. Agradeço, também, à Câmara Municipal de Caminha por ter levado em consideração os apelos da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e ter colocado uma moto4 com os Nadadores Salvadores para vigiarem a zona da praia não concessionada.

Foi uma época balnear pela qual podemos estar felizes.

Em segundo lugar, queria alertar a Câmara Municipal de Caminha, que já teve conhecimento deste assunto por vários ofícios enviados e por alertas pessoais, sobre as pedras que estão levantadas na Praça da República que têm originado vários acidentes de pessoas que tropeçam e caem. Podemos estar perante um problema muito grave se alguém se magoar com gravidade e até haver um acidente fatal, tendo em conta que grande parte da população que por lá passa para as missas é idosa.

Se infelizmente isso ocorrer, a Junta de Freguesia não terá outra opção se não estar ao lado dos lesados e das suas famílias

Muito obrigado a todos pela vossa atenção.”

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres

Handwritten marks in blue ink, including a signature and the number '7'.



Assembleia Municipal de Caminha

Municípios que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“O Verão em Caminha foi diferente.

Foi um Verão com restrições, como aliás aconteceu em todo o território nacional, mas ao mesmo tempo foi um Verão repleto de atividades culturais e recreativas.

Caminha presenteou os caminhenses e os milhares de turistas que nos visitaram com uma oferta cultural digna de registo, da qual destacamos:

A Biblioteca 4L – um projeto composto por um veículo cheio de livros onde as pessoas puderam requisitar a leitura de livros e jornais; a Feira do Livro Luso Galaica da Ribeira do Minho, que decorreu entre Caminha e La Guardia; e também as atividades promovidas pelos Amigos da Biblioteca.

Cinema - Tivemos sessões de cinema no Cineteatro de VPA todos fins de semana de julho e agosto; a Locus cinema a decorrer em Caminha e duas sessões extraordinárias numa parceria com o Festival de Cans e a exibição de um filme de uma jovem realizadora de Caminha a Maria Eduarda Rodrigues.

Teatro – Com o acolhimento de companhias de teatro que vêm de todo o país e a estreia da peça Caldo Verde – pelas mãos da Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho.

Artes Plásticas – Exposição de Pedro Cabrita Reis, da fundação Serralves, em exposição no Museu Municipal e outras exposições na Galeria de arte Caminhense.

Percursos Temáticos – intitulados “à descoberta do nosso Concelho”, que visaram levar as pessoas a sítios que não conhecem e a que dificilmente acederiam dando a conhecer Caminha. Destacamos as visitas ao património histórico de Caminha, Casas de Caminha – inteiras ou em ruínas; rota das tascas e visita a São João D’Arga, passeios a cavalo pelo monte e pela praia; roteiros fotográficos, passeios de jipe e passeios de barco.



Assembleia Municipal de Caminha

4 Quartas de Jazz – um projeto promovido por dois músicos locais José Paulo Ribeiro e Jaime Álvarez que levou o Jazz a Caminha, Vila Praia de Âncora e Moledo.

Lar Sustenido – foi um projeto que consistiu em levar música aos lares do Concelho, alegrando e dinamizando a nossa população idosa.

Drive In Vilar De Mouros – no recinto do festival que consistiu numa série de espetáculos de música, cinema e para crianças em que as pessoas não saíram dos carros.

Cultura De Rua – com mais de 30 momentos culturais surpresa nas ruas do Concelho e nas praias.

Vilas People – é composto por 8 concertos, com bandas de referência, entre Caminha e Vila Praia de Âncora, realizado em diversos locais icónicos do nosso Concelho, como o Dólmen da Barrosa, as Muralhas de Caminha ou no exterior da Igreja Matriz.

São inúmeras as atividades e os momentos culturais, de lazer ou recreativos aqui enumerados.

O contexto era propício a que nada acontecesse do ponto de vista cultural, tudo indicava que passaríamos um Verão em casa, sem concertos de música, sem espetáculos de rua ou cinema, mas este executivo combateu o receio com ação e deu uma nova dinâmica ao Concelho de Caminha e às pessoas.

Caminha não esteve parada e percebemos que há vida para além do que conhecemos e há novas formas de fazer acontecer coisas boas no nosso Concelho.

Tive a oportunidade de usufruir de alguns destes momentos de cultura e lazer e, na pessoa do Sr. Presidente Miguel Alves, permitam-me que parabeniza este executivo pela assertividade e resiliência, pela capacidade de reação e inovação demonstradas este Verão.

Disse.”

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Z. Alves'.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Deputado Carlos Videira, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Os meses de Verão no Concelho de Caminha chegaram ao fim, num contexto novo em que todos tiveram que se adaptar às contingências do momento atual, por imperativos de saúde pública.

Os agentes públicos e privados esforçaram-se para que estes meses pudessem compensar algumas das perdas dos meses de confinamento e se aproximassem da normalidade de outros anos. Para o efeito, foi necessário conjugar um equilíbrio difícil entre a liberdade pela qual todos anseiam e a responsabilidade para que os esforços empreendidos na contenção da pandemia não fossem desperdiçados.

Julgo que, em traços gerais, esse equilíbrio foi alcançado e esse reconhecimento é devido aos agentes públicos e privados do Município de Caminha. Mas também foram noticiados ajuntamentos que violavam as regras de contingência e festas ilegais que foram razão de grande ansiedade para as pessoas mais vulneráveis que pertencem a grupos de risco.

Cabe-nos por isso, neste órgão, solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que dê a conhecer as diligências que foram levadas a cabo para impedir tais atividades e as ações que estão a ser empreendidas no mesmo âmbito, no contexto do estado de contingência aprovado pelo Governo para esta nova fase de combate à pandemia.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados;

Na última Assembleia Municipal, sugeri a constituição de um Gabinete de Crise, como fizeram vários municípios de todas as cores partidárias, com a participação de empresários e personalidades independentes, que através de



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

múltiplos olhares, proponha as bases do relançamento da economia local no nosso concelho. Um Gabinete de Crise com a competência de avaliar, reavaliar, passo a passo, a situação da pandemia nas suas múltiplas dimensões económicas, sociais e sanitárias. Um Gabinete de Crise que acompanhe todas as medidas do Governo, da Assembleia da República e da União Europeia, propondo ajustamentos e novas medidas, criando sinergias locais que facilitem a captação desses apoios para, em conjunto, resistirmos ao presente e prepararmos o futuro. Um Gabinete de Crise que proponha medidas locais adicionais, nos casos onde não haja resposta central ou esta seja manifestamente insuficiente.

Infelizmente, a proposta apresentada não mereceu qualquer tipo de comentário por parte do Senhor Presidente da Câmara. Mas essa proposta, atendendo aos meses difíceis que se adivinham, é hoje ainda mais pertinente para que exista um trabalho articulado entre agentes políticos, atores económicos e parceiros sociais.

Se não quiser chamar-lhe Gabinete de Crise, chame-lhe Grupo de Trabalho. Chame-lhe Comissão Provisória. Ou então chame-lhe mesmo Conselho Económico e Social do Concelho de Caminha. Mas crie definitivamente e coloque em funcionamento um espaço de concertação e de diálogo com as forças vivas da sociedade civil, envolvendo-as no processo de tomada de decisão sobre as melhores estratégias para dar resposta aos graves problemas que teremos que enfrentar. Faça-o com a formalidade que a gravidade que o momento que vivemos exige.

Desafio, por isso, o Senhor Presidente a acolher a proposta do Partido Social Democrata neste domínio. Ou em alternativa a dar cumprimento efetivo à sua proposta de Regulamento Municipal do Conselho Económico e Social aprovada por esta Assembleia.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;



Assembleia Municipal de Caminha

“Não poderíamos iniciar esta intervenção sem dar continuidade à última Assembleia Municipal, realizada a 26 de junho. Tratávamos a Água e apelávamos a que a Câmara Municipal de Caminha se preparasse para um possível retrocesso na adesão à ADAM. Jamais entenderemos a defesa férrea de alguns presidentes de Junta e do executivo camarário, quando são os munícipes do concelho de Caminha que estão descontentes. Enquanto os presidentes de Junta que intervieram na última sessão, aliados ao presidente da Câmara, apelavam ao voto de confiança nesta empresa que nos foi imposta pela maioria do PS nesta Assembleia, muitos munícipes do concelho começavam a olhar com desconfiança para as faturas e para a gestão das mesmas pela ADAM. Disse então o Sr. Presidente que se voltassem a haver problemas de faturação não saberia onde esconder a cabeça com a vergonha. Pois não queremos a sua vergonha sr. Presidente, queremos vê-lo, isso sim, ao lado do município e dos munícipes, porque as reclamações não terminaram e a gestão de faturação continua a ser lesiva para as famílias. Em cerca de 2 meses, a empresa obrigou as famílias ao pagamento de 4 faturas, ao contrário do que o Sr. Presidente afirmou em junho. A gestão de faturação ignorou as leituras dos clientes e assumiu estimativas, tendo como consequência uma oscilação no valor das faturas e a criação de dívida aos clientes sem que eles tenham alguma vez sido responsáveis. Apesar de ter a referência a 30 dias, envia faturas que transpõe erradamente valores a 115 dias, forçando cobranças em terceiro escalão a clientes que não tiveram consumo que o justificasse. Ora o Sr. Presidente disse em junho que ninguém pagaria água que não consumiu, e até podemos acreditar que isso possa vir a ser verdade, mas não é menos verdade que a água consumida poderá estar, em certos casos, a ser cobrada a preços mais elevados por erros de enquadramento nos escalões que apenas têm como responsável a empresa que V. Exa. tanto defende, mas cuja fatura é paga pelo cidadão que V. Exa. tanto parece não querer entender.



Assembleia Municipal de Caminha

Uma vez mais poderia ler a participação que eu mesmo fiz a 28 de agosto, há quase um mês, e da qual não tive qualquer resposta ou acusação de receção, mas sei que o PS será sempre indiferente à mesma, como parece ter sido a própria empresa.

V. Exa. na última Assembleia insistiu na justificação de um negócio para o qual nos empurrou com o apoio dos eleitos municipais do PS, invocando limitação de recursos naturais, dando até exemplo de falta de água em Riba de Âncora, levando-nos a crer que o manancial da freguesia não dava garantias de abastecimento, quando a verdade afinal é que o que tinha acontecido era uma falha no motor, tendo a Câmara socorrido a freguesia por esse motivo e não pela falta de água enquanto recurso. Foi um jogo de palavras interessante e eficaz na mensagem que queria transmitir, como que nos dizendo que sem empresa, não há água no Concelho de Caminha.

Mudando de tema, é normal na assembleia de setembro olharmos a época estival. Em ano atípico, o concelho de Caminha foi procurado por larga população, deixando-nos antever cenários piores dos que, felizmente, verificámos. A CDU sempre entendeu que era possível, sob medidas firmes e cumprimento das mesmas, haver abertura à atividade comercial, industrial e, de forma muito particular, à cultura e às artes. Aliás, em Assembleia Intermunicipal apelámos mesmo a que os presidentes das câmaras municipais fossem criativos, apesar da decisão tomada em conjunto ainda em maio de não promoverem espetáculos e eventos que gerassem ajuntamentos.

O Município criou algumas oportunidades de usufruto da cultura e das artes. Foram poucos, é certo, mas foram seguramente os possíveis. O município criou também medidas excecionais relativas ao alargamento das áreas de esplanadas, sem alterar o limite de ocupação para que os estabelecimentos criassem maior afastamento entre clientes. Nesta matéria entendemos que as coisas não correram tão bem, uma vez que esplanadas houve que aproveitaram a medida para aumentar a sua lotação, criando até monopólios e com isso o descontentamento de quem também necessitava de recuperar do

Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' at the top, followed by a '2.' and a large flourish below.



Assembleia Municipal de Caminha

confinamento. O Município esteve ainda muito ativo na valorização de S. João d'Arga, valendo, em nosso entender, mais por não esquecer aquela que é seguramente a romaria mais genuína de todo o Alto Minho, e que pertence a todo o Alto Minho, mas que por fortuna está no nosso território, do que pelo patrocínio de um negócio que sempre cresce com estes apelos à mobilização popular. Mas o Município esteve igualmente bem ao não deixar de lembrar Vilar de Mouros. Independentemente das considerações que o modelo Drive-in possa despertar, a verdade é que o Festival de Vilar de Mouros existiu e a entrega das instituições locais foi louvável. Por isso é justo reconhecer, no plano artístico, a participação da Academia de Música Fernandes Fão e da Banda de Música de Lanhelas. Não sem um reparo. Para quem esteve presente nos quatro dias percebeu que o PA (sistema de som para o público) foi retirado no último dia, o que significa que às instituições locais e ao Augusto Canário foi apenas disponibilizada transmissão de som via rádio. Consideramos que essa diferenciação não fez sentido, como não fez sentido ouvir um dos responsáveis pelo evento ameaçar a Banda de Música de Lanhelas de corte do som, invocando um horário a cumprir, que nesse dia pareceu apenas valer para terminar, mas não para começar.

Um episódio que não diminuiu seguramente o reconhecimento que fazemos a todo o Festival, em geral, onde incluímos o Município e a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, e de forma muito particular à AMFF e à Banda de Música de Lanhelas. E que bom seria que esta prática de envolvimento se repetisse a cada ano neste Festival, mas também noutros eventos, como a Arte na Leira, onde os artistas locais, mesmo amadores, poderiam ter espaço.

No geral a dinâmica cultural e artística não foi indiferente às populações, indo de encontro à sua vontade, e reconhecemos o papel fundamental dos funcionários do município para que todos os eventos decorressem dentro das normas da DGS.

Particularizando o Vilas People, perguntamos ao Sr. Presidente quem foi responsável pela sua gestão artística e financeira, se houve alguma empresa



Assembleia Municipal de Caminha

contratada e se sim de que empresa se trata. Se não houve e coube à Câmara Municipal a contratação direta dos artistas e de toda a logística em torno dos espetáculos, parece-nos antever aqui uma boa capacidade municipal para usar como know-how no futuro.

E porque também falamos de risco... No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores municipais e das freguesias, são, por vezes, expostos ao risco de contágio, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância. A Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas tipifica bem esta matéria, mas falta a regulamentação necessária. Que entendimento tem o município sobre o assunto e que diligências o órgão Câmara Municipal tomou para pugnar por esta regulamentação.

É hoje certo que seremos todos convocados brevemente para a eleição da Direção da CCDR.

O chamado processo de “democratização” retomado pelo atual governo insere-se numa estratégia de que, ao longo dos anos, vários governos se têm socorrido para iludir o incumprimento do que a Constituição da República consagra quanto à criação de Regiões Administrativas. Uma estratégia que tendo já conhecido outros instrumentos – das Comunidades Urbanas às Comunidades Intermunicipais – se recentra ciclicamente na tentativa de apresentar a “democratização” das CCDR como parte de um processo de descentralização que de facto se quer impedir.

Sempre baseado na mesma mistificação de conceitos, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando encontrar em soluções desconcentradas um fator de redução da exigência de uma efetiva descentralização.

Esta Assembleia mostrou em fevereiro o seu entendimento sobre a regionalização ao chumbar a moção apresentada pela CDU. Contudo não

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]



Assembleia Municipal de Caminha

deixaremos de alertar para a galopante tentativa em curso para deitar por terra a Constituição.

As CCDR não são nem podem ser uma autarquia porquanto constituem meras estruturas da Administração Central. Não será a “eleição” da sua direção que lhe alterará a natureza e lhe conferirá legitimidade democrática.

O Presidente será eleito pelo conjunto de todos os eleitos municipais e presidentes de Junta. Um Vice-presidente será designado pelos Presidentes de Câmaras Municipais, e o outro vice-presidente será indicado pelo Governo. Mas a subordinação desta estrutura é ao Poder Central e não ao Poder Local, percebendo-se bem a inocuidade democrática que este ato eleitoral comportará.

A CDU cá estará para pugnar pelo cumprimento constitucional.

Disse.”

O Senhor Deputado Filipe Fernandes, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Caros Deputados,

Hoje venho ressaltar uma parte importante do nosso território.

A paisagem. A cultura. Os valores naturais e, acima de tudo, a harmonia destes com as pessoas que a habitam e com os que utilizam. Falo-vos da Serra d’Arga.

Todos a conhecemos e é unanime a sua importância.

Durante muitos anos foram muitos os que, de uma forma ou de outra, souberam usar o seu potencial. De muitas formas exploraram o “Diamante em Bruto”, diziam alguns, e o “Mosaico de Paisagens”, diziam outros.

Baseado neste potencial prometeram sempre agregar o melhor da nossa paisagem, salientando que poucos locais têm Mar, Rio e Montanha.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]



Assembleia Municipal de Caminha

Uma concentração de valores tão grande que poderíamos viver desse potencial.

Fizeram muito por dela receber e muito pouco trabalharam por ela.

Há alguns anos o paradigma político do Concelho mudou.

Em 2013 o candidato à época, Miguel Alves, salientou que é preciso “Mais e Melhor Pela Nossa Terra”. E desde há 7 anos que o investimento no território, nas pessoas e na evolução não tem parado de crescer, com um retorno evidente e com uma posição de destaque de Caminha a nível nacional.

A Serra d’Arga desta vez não ficou esquecida.

O mosteiro foi recuperado, a rede móvel foi reforçada e aumentada, foram adquiridos kits de combate aos incêndios, a aposta no desporto e na cultura foi melhorada, fizeram-se muitos estudos e projetos, como o dos Garranos, estudados em Oxford, Quioto e Sorbonne.

Foram imensas as intervenções florestais. Sublinho as mais recentes: a do Baldio de Arga de São João e a do Baldio de Arga de Baixo, com medidas de emergência no combate aos incêndios, 530 mil euros a primeira e 192 mil euros a segunda. E ainda a plantação de folhosas, o combate às espécies exóticas invasoras, a recuperação de caminhos, a reabilitação de moinhos de água, entre muitas outras iniciativas relevantes.

Todas estas intervenções não teriam sentido sem um pensamento em grande escala.

A Serra d’Arga tem hoje maior resiliência contra os incêndios.

Tem uma proteção urbanística e uma gestão do território que não era possível sem a corajosa Revisão do PDM de Caminha.

E tem a união de um povo, do nosso Concelho, que luta pela preservação e salvaguarda de todos os valores da serra, tendo até conquistado o galardão das “7 Maravilhas da Cultura Popular de Portugal”.

Mas não há sucesso sem trabalho.

[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Caminha

Há 3 anos o município de Caminha, em conjunto com Ponte de Lima e Viana do Castelo, iniciou uma grande caminhada num estudo profundo da Serra d'Arga.

O estudo, apresentado há cerca de um ano, revelou o que muitos desconfiavam, mas não sabiam.

A biodiversidade deste local é singular, importante à escala Mundial.

Com espécies raras ou ameaçadas de extinção, são trinta e duas. Mais de meio milhar de plantas vasculares e quase duas centenas de vertebrados selvagens, contando entre eles, o Lobo.

O passo seguinte já deu início na última reunião de câmara, com a autorização para apresentação da proposta de criação da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra D'Arga. Portugal vai ter a 4ª área com esta classificação.

Esta figura de proteção vai dar as ferramentas necessárias para uma gestão integrada, agregadora do Alto Minho e geradora de uma indústria que traz gente, promove o desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, pensa nas próximas gerações.

Não podemos ter discursos bonitos e praticar o seu contrário.

Não queremos a exploração do lítio e este executivo, de Miguel Alves, Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages têm feito o trabalho de casa.

A defesa da Serra d'Arga começou em 2013. A gestão dos seus recursos faz-se hoje e no futuro.

Porque um dia alguém vai contar quem lutou e deixou a sua marca.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é um cumpridor de horários, e gosta de começar as sessões das Assembleias Municipais às 21.00horas, apesar de ele ser um cumpridor de horários, solicita que abra as sessões às 21.00horas e não às 20.58horas, porque ele tinha acabado de entrar e o Senhor Presidente já estava com a sessão aberta.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse que hoje houve ali um voto de louvor à Senhora Deputada Marina Gonçalves, e em seu nome pessoal e do grupo que ali representa, felicita pela sua competência, profissionalismo de ser convidada para ocupar o cargo de Secretária de Estado de Habitação, deseja-lhe as maiores felicidades na esperança de cumprir a sua missão com todo o êxito possível, felicita ainda, os pais com um abraço de amizade e que devem estar extremamente orgulhosos pelo facto.

Disse ainda o Senhor Deputado que tem conhecimento de um abaixo assinado de um grupo de moradores da Estrada das Faias em Seixas, requerendo a colocação de lombas de abrandamento de velocidade nesta estrada, dado o elevado excesso de velocidade com que as viaturas circulam nesta artéria, sugerindo a construção de uma lomba de cubo com passadeira elevada.

Pergunta o Senhor Deputado ao Senhor Presidente da Câmara, como está o levantamento de obras nesta via.

Para terminar, o Senhor Deputado fez um reparo quanto à iluminação noturna, em especial ali em Vila Praia de Âncora existem imensos candeeiros sem luz, o que provoca uma escuridão quase total em várias ruas. No mês de agosto teve a oportunidade de passear junto à praia e na zona do portinho numa noite estavam sete candeeiros apagados, não fosse a existência da roulotte das faturas que com os seus néons iluminava toda aquela zona do portinho, de outro modo, o portinho estaria completamente apagado. Exemplifica ainda que na Rua 31 de Janeiro, junto ao Café Spacos existe lá um candeeiro há anos e anos que está apagado, porém, sabe que o Senhor Presidente está atento a este problema, no entanto, volta ali a reforçar porque é útil que todas as ruas estejam iluminadas.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados,

(Handwritten signatures in blue ink)



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e a todos aqueles que nos acompanham a partir de casa.

Começou por agradecer todas as questões que ali foram colocadas, tentará responder a todas, umas mais diretas não pela importância, mas pela própria formulação, e depois com mais algum cuidado a questão da oferta cultural, ligando essa questão ao Verão, ao impacto que teve na nossa economia local.

Relativamente à questão das pedras levantadas da Praça da República levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, disse o Senhor Presidente que esta questão é recorrente, o executivo conhece bem essa matéria, têm-se ali uma situação um pouco complexa no sentido em que não se trata só de uma pedra, há uma conjugação de pedras, aquilo funciona como puzzle, não se pode pegar numa pedra e retirar, quando se mudam as pedras, existe ali um puzzle, e tem que se fazer uma obra que tenha algum porte, pela configuração da própria Praça da República e só o devem fazer, se houver alguma confiança no que se passará no dia seguinte, ou nas semanas seguintes. Porque, existe ali uma utilização abusiva em parte por algumas viaturas, e também pelas próprias atividades quer comerciais, quer culturais da Praça, que colocam ali algumas questões, não há uma solução para lhe dar, mas há uma preocupação de tentar ir reparando estas pedras, que não é uma solução propriamente dita, são apenas remedeios.

Relativamente às perguntas que foram colocadas pelo Senhor Deputado, Carlos Videira, disse o Senhor Presidente que dará uma nota global às questões que colocou, porque elas estão relacionadas com o Verão e com a reação à pandemia.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que abordará todas as questões, mas, relativamente à questão da água, disse que a Câmara Municipal de Caminha não está satisfeita com aquilo que hoje, é o resultado desta parceria naquilo que diz respeito à faturação, mas, já existem melhorias relativamente ao

Handwritten marks in blue ink, including a checkmark, a number '7', and a signature.



Assembleia Municipal de Caminha

atendimento, aos serviços prestados. Disse ainda o Senhor Presidente que já foram adjudicados os processos de empreitada dos saneamentos, nomeadamente do saneamento em Âncora, Venade, Azevedo e Moledo e já se tem relatórios preliminares, portanto, está-se quase na fase da adjudicação de empreitadas e por isso já este ano começam essas empreitadas, se não em todas as freguesias, pelo menos em algumas destas freguesias.

Também tem recebido feedback que tem melhorado o serviço que é prestado, relativamente a ruturas que acontecem, e que o número de clientes da ADAM tem subido exponencialmente no Concelho de Caminha, pois, somos o Concelho com mais clientes novos nestes meses por cada mil habitantes, o que quer dizer que há uma relação até de confiança relativamente à ADAM, embora não deixe de sublinhar a dinâmica económica que a isso está subjacente. Mas, se não está contente com o facto de 4 faturas num mês, pede desculpa se isso aconteceu, não é do seu conhecimento, é excessivo, mas na sua própria casa, no espaço de mês e uma semana recebeu 3 faturas para pagar, ou melhor, o prazo de pagamento das faturas estava espaçado num mês e uma semana. E aquilo que transmitiu nas reuniões que teve com o Conselho de Administração da ADAM, é que isso não só era inadmissível, como era exatamente o contrário, do que tinha sido acordado entre as partes, e, portanto, essa matéria espera que fique resolvida rapidamente tendo todos consciência de que há ali um tempo para recuperar, esse tempo terá de ser recuperado, vai ter de se encontrar uma solução. No entanto, apesar de tudo, até o Concelho de Caminha é aquele onde menos reclamações existem isso não o deixa satisfeito, pelo menos julga que há um esforço por parte da ADAM. Alterou a sua administradora executiva, fez mais contratações nos últimos tempos tem as equipas mais aliadas e, portanto, de algum modo melhorou. Se está no ponto que deve estar? Não! Se mantém a convicção firme de que esta parceria é o futuro da água no Concelho de Caminha, no País e no Mundo? Mantem essa convicção firme. Que é assim que o executivo vai trabalhar com parceiros que são os outros municípios e a empresa pública que mais percebe

Handwritten marks in blue ink, including a circle and a signature.



Assembleia Municipal de Caminha

de água em Portugal, pública ou privada, que é as Águas de Portugal. Não há outro, é a “Champions” da gestão da água e se eles são bons tem que demonstrar no terreno que são bons, portanto sobre esta matéria não tem dúvidas sobre a convicção da parceria, dos resultados da parceria. E, existem inúmeros problemas em inúmeras freguesias que se tem de resolver para dar mais eficiência à rede de água e tem que se continuar a investir nessa matéria não tem qualquer tipo de arrependimento.

Relativamente, às questões colocadas pelo Senhor Deputado Rui Taxa, quanto à estrada das Faias é de facto um pedido dos moradores, disse o Senhor Presidente que tomou conhecimento desse pedido em Novembro de 2019, e em Novembro de 2019 não se conseguiu incluir esta possível obra no orçamento para 2020, foi avaliada esta situação e teve um orçamento por parte dos serviços que não lhe pareceu adequado ao tipo de obra que ali se tem. Conversou sobre esta matéria com o Senhor Presidente de Junta de Seixas, depois veio o período da Pandemia e com franqueza estas matérias deixaram de estar na linha da frente e quando voltou no Verão, o que se fez, foi partilhar os valores orçamentais que se tinha com os próprios moradores que entenderam excessivos, fizeram uma espécie de contraproposta, se assim se pode dizer, entendendo que seria possível fazer aquela obra por valores muito mais baixos. Colocou essa questão aos serviços e estão para o informar sobre essa matéria. Essa obra é para fazer, mas é para fazer quando se tiver o dinheiro, quando ela estiver prevista não pode um conjunto de moradores, nem as Juntas de Freguesias, e estão ali os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que o sabem e aquilo que se faz é tentá-las enquadrar para realizar no ano seguinte, porque não é possível gerir o orçamento sem ter o rigor suficiente para se ir acautelando aquilo que é o cumprimento da execução do orçamento, e salvaguardar algumas situações que não estavam pensadas, não estavam ponderadas e são prioritárias, e, serão resolvidas.

Quanto à iluminação noturna, disse o Senhor Presidente que não é competência da Câmara, não é competência dos Senhores Presidentes de

A
Z.
E



Assembleia Municipal de Caminha

Junta, mas, a Câmara e os Senhores Presidentes de Junta exercem a sua competência de protestar, de reclamar permanentemente. E, ainda ali estava à entrada e o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora a reclamar por causa de uma situação destas para a EDP que tem de resolver melhor os problemas. Melhorou um pouco, mas não melhorou o suficiente. E, portanto, o que se tem de fazer é reclamar e tentar fazer melhor.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal se tem esforçado para dar à Serra D'Arga como um ativo importantíssimo no Concelho de Caminha. Não se trata apenas, um pouco de puxar pela Serra D'Arga como um ativo económico do ponto de vista da sua valia e dos seus valores naturais, daquilo que tem a ver com a sua biodiversidade. Trata-se de fazer da Serra D'Arga um bom sítio para viver, para visitar e salvaguardar o que ali existe. E esse caminho tem vindo a ser feito nos últimos anos como nunca se fez antes.

Não está a dizer que as pessoas não soubessem o que era a Serra D'Arga ou que não dessem valor à Serra D'Arga, mas, o que hoje se está a fazer é colocar a Serra D'Arga no mesmo patamar das praias do nosso Concelho, colocar a Serra D'Arga no mesmo patamar das Vilas do nosso Concelho, colocar a Serra D'Arga de facto como um ativo forte daquilo que é o Concelho de Caminha. E desse ponto de vista, o executivo tem vindo a fazer um trabalho ao longo dos anos, não é de agora é com tudo aquilo que o Deputado Filipe Fernandes ali disse, e agradece o facto de lhe ter avivado a memória. E, a memória não se pode perder, porque a memória também exige coerência, porque, quando se tem a memória começamo-nos a lembrar, e quando foi o debate do PDM nesta Assembleia, por exemplo, lembra-se que os Senhores Deputados do PSD estavam indignados, quando queriam que as aldeias da Serra D'Arga fossem tidas como um espaço urbano. Recordam-se todos?! Queriam que fosse espaço urbano, agora já são a favor da paisagem protegida da Serra D'Arga. Sendo que a paisagem protegida vai ser mais restritiva do que hoje se tem no PDM, é preciso ter consciência, não se pode ser só a favor



Assembleia Municipal de Caminha

da paisagem protegida, porque é bom. O executivo é a favor da paisagem protegida, e vai ter restrições na construção, vai ter restrições na caça, vai ter restrições na plantação de determinado tipo de espécies de árvores, na gestão daquele território, e há de facto uma incoerência que é preciso ter em conta que a Câmara sempre defendeu o espaço rural com capacidade de crescer, de recuperar, de reabilitar e até de edificar, mas, com as regras de um espaço rústico, de um espaço rural. Ou, a mesma coerência daqueles que diabolizavam o lobo na Serra D'Arga e o regresso do lobo. E que agora o lobo é o símbolo máximo da preservação e da Biodiversidade da Serra D'Arga. E, ação que o executivo fez para candidatar a S. João D'Arga as Sete Maravilhas da Cultura Popular, aquela festa em específico para que possa ser e é de facto uma festa extraordinária. É uma romaria única. E isso foi reconhecido pelo País. Mas, o objetivo principal era o reconhecimento do valor da Serra D'Arga. Colocar-se na televisão a falar horas da Serra D'Arga, colocar a população a votar, a querer puxar pela Serra D'Arga, a dar valor à Serra D'Arga, porque um dia virá alguém colocar num prato da balança o valor intrínseco da Serra D'Arga, vai colocar a geologia, vai colocar o património cultural, o património imaterial, vai colocar a valia da sua flora e da sua fauna, da vivência daquela gente e no outro prato vai pôr pedras de lítio, e aquele que tiver mais peso é o que vai ganhar, o que tiver mais valor económico, e aquele que o executivo está a encher é o prato do valor cultural, do valor paisagístico, da força da biodiversidade para que alguém quando tiver que decidir, veja bem que há um prato muito mais pesado do que outro prato. E é preciso compreender para além do "760".

Disse ainda o Senhor Presidente que vai falar de dois temas mais abrangentes que ali foram colocados embora tudo tenha a ver com esta questão da Pandemia e do facto de se estar e de se ter vivido um Verão completamente diferente.

Em primeiro lugar, disse que a Câmara Municipal apostou na cultura porque a cultura é um lugar seguro, é o lugar mais seguro que se pode ter, porque o se



Assembleia Municipal de Caminha

conhece desde sempre, porque é o percurso deste executivo, e porque é um lugar que o Concelho e a nossa Região apela muito àquilo que é a biodiversidade que se tem de oferta turística, da oferta dos nossos espaços, de muitos empregos, mais do que às vezes se imagina, de gente que toca, que canta, que trata das luzes, que trata do som, que trata dos cartazes, que trata de montar palcos, de uma panóplia de atividades que tem muito a ver com a nossa capacidade de sermos Romaria durante muito tempo.

Logo, tinha de se puxar por esta gente, que é normalmente gente nova que não estava a trabalhar, mas, puxar também pela capacidade de sermos mais resilientes contra o medo. E, o executivo fez um programa cultural que orgulha Caminha, e que lhe deu notoriedade, para além das nossas fronteiras e essa notoriedade foi trabalhada quando se foi duro nas medidas anti-covid dando segurança às pessoas para virem a Caminha e para saírem dos concertos que aconteceram. Portanto, tem muito orgulho da na atividade cultural como ali o Senhor Deputado João Domingues bem salientou. E essa atividade permitiu dar notoriedade, dar segurança, dar alguma normalidade, dentro desta nuvem que deu cabo do nosso quotidiano. Esse trabalho foi feito realmente com muita capacidade da Câmara para alavancar atividades. E por isso, o “Vilage People” é uma produção municipal. A escolha dos artistas, a montagem dos espetáculos, a escolha dos locais, a filosofia do Vilage People foi municipal, com a contratação dos artistas, às vezes uma agência contratava um ou outro, mas, é uma produção municipal que gostaria de manter no futuro. E, como o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali disse que foram poucos momentos culturais? Não! foram muitos momentos culturais. Não foi uma Festa do Avante, não foi uma festa com muita gente no mesmo espaço. Mas, houve muitos momentos culturais, com as pessoas que podiam estar e que se podiam divertir nesse espaço com todas as regras de segurança.

Disse também o Senhor Presidente que o Município de Caminha fez questão de não deixar cair algumas atividades piscando o olho para àquilo que seja o regresso ao futuro. Como, por exemplo, assinalou o Vilar de Mouros, apesar de

d
7.
E



Assembleia Municipal de Caminha

algumas críticas que se estaria a gastar muito dinheiro para nada, porque estão meia dúzia de tipos lá no carro. Isso são críticas de facto de quem não percebe que se tem de manter uma chama, trazer os artistas, lembrar Vilar de Mouros por todas as razões e também pela continuidade que não tem sido fácil neste festival, animar uma Freguesia, que sem o Festival tinha perdido ali um grande momento. E, também a possibilidade através da forma como se fez o Vilar de Mouros de ir a financiamento e a expectativa que se tem praticamente do investimento em Vilar de Mouros possa ser pago através do programa cultural. É, só uma expectativa, para já, mas, às vezes muitos daqueles que criticam por se gastar pouco deviam era estar calados. Não foi o caso.

Disse o Senhor Presidente que o Concelho de Caminha como todos os outros tem vivido um momento difícil ao longo deste tempo de pandemia. As casas fecharam. As lojas fecharam. Os restaurantes fecharam. Até, nós próprios nos fechamos mais em casa do que antes o fazíamos. Houve sempre um impacto. Mas, o executivo foi fazendo um trabalho que permitiu que Caminha fosse um foco de atração durante este Verão. E, este Verão as coisas correram bem, equilibradas, como ali foi dito. Mantendo as regras de segurança, mas trazendo as pessoas ao Concelho de Caminha em vários momentos e em várias semanas, esteve mais gente no Concelho de Caminha do que em algum momento de anos anteriores, em momento de pandemia. E, salientou ali alguns números que já são indicativos que as coisas correram bem, o número de desempregados no Concelho de Caminha subiu a partir de março como em todo o lado, não subiu tanto como em outros lados, mas subiu. No entanto, a partir de junho e julho começou a descer. Ainda não se tem os números de agosto. Por exemplo, uma atividade importante como a compra e venda de imóveis resistiu bastante neste período de pandemia ao contrário do que aconteceu no resto do País. E, a prova dessa matéria que o executivo tem é por exemplo, o imposto arrecadado pelas transações onerosas de imóveis, neste momento está acima das expectativas. Neste momento, a execução orçamental do IMT está em 78%, está acima das expectativas e o valor que foi



Assembleia Municipal de Caminha

arrecadado em termos de IMT este ano, é já superior ao que se arrecadou em todo o 2016, ou em todo o 2015, em todo o 2014, em todo o 2013, em todo o 2011, em todo o 2012, e por ai além. O que quer dizer que a atividade de venda de imóveis no Concelho de Caminha permaneceu de uma forma que ainda se está para perceber consequências.

Disse ainda o Senhor Presidente que a atividade comercial a derrama mesmo sem alteração de taxas já ultrapassou a execução que era prevista para todo o ano neste momento, arrecadou-se mais derrama, mais receita do que derrama do que era expectável para todo o ano. E, isto, está ligado ao volume de atividade comercial no Concelho de Caminha. Ainda, acrescentou que na água, a ADAM em Caminha desde que começou a funcionar fez novos contratos num total de 587 o que significa que as pessoas ou compraram ou arrendaram casa ou fizeram casa nova no Concelho de Caminha, é o segundo valor mais alto por habitante no contexto dos municípios da ADAM. Em termos absolutos só Viana do Castelo por forças das circunstâncias tem mais clientes, e mais em não domésticos que são as empresas, no comércio estamos em 3.º lugar superados por Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, que tem uma zona industrial pujante.

Relativamente às praias, disse o Senhor Presidente onde havia tanto receio, houve, 54 ocasiões onde teve de ser içada a bandeira vermelha. Por 54 momentos em todas as praias do município foi dito que a praia estava cheia. Não podia caber mais gente. Isto são sinais com aquilo que foi a opinião dos restaurantes, dos comércios, de todos os presidentes de junta que nos indicam que resistimos bem. Isto chega? Não chega. Isto conforta-nos? Não conforta. Ajuda em alguma coisa para amanhã ou para outubro ou para novembro? Não ajuda muito para além da boa sensação que se teve em que as pessoas saíram de cá satisfeitas.

Agora, tem de se continuar a trabalhar, continuar a investir e é por isso que saem as notícias, saem as Evasões a dar uma boa imagem do Concelho por isso é que sai a televisão a falar de S. João D'Arga do nosso Concelho no final

d
7.
Z



Assembleia Municipal de Caminha

do mês de agosto, por isso é que se está a tentar puxar sempre pela nossa terra, e se tem projetos para o Natal, e se tem projetos para apresentar nesta Câmara Municipal para que o turismo possa permanecer aqui durante muitos anos e durante todo o ano. E, é por isso que o executivo continua a apostar no turismo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Carlos Videira, em relação à segurança, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal fez diligências desde o início para prevenir que as coisas pudessem correr bem no espaço urbano naquilo que tem a ver com os cuidados das pessoas. Mas, não pode deixar de ali salientar que às vezes dá-se uma responsabilidade à Câmara Municipal que ela não tem. A Câmara não tem de usar máscara, não é a Câmara que tem de lavar as mãos, não é a Câmara que tem de manter o distanciamento social, não é a Câmara que tem de manter o distanciamento entre mesas não é a Câmara que tem de fazer que cumpre um determinado tipo de horário. Não! Há pessoas concretas e empresas concretas que não o fazem. E, há autoridades para isso. E, a Câmara Municipal fez o seu trabalho reuniu com um conjunto de agentes, e estabeleceu regras muito precisas para a utilização do espaço público, com destaque aliás para o excelente trabalho que foi feito em Caminha na zona de animação noturna de excelência que é o Centro Histórico e a Rua Direita, e muitas pessoas disseram que a Rua Direita por exemplo estava muito melhor que em outros anos, mais agradável, mas também pelo investimento que foi feito naquele espaço.

O Município pediu mais reforço de policiamento fê-lo publicamente, fez-se um ofício ao Ministro. Houve reforço. A Câmara Municipal pagou policiamento nas zonas de animação noturna. Acompanhou toda a atividade que aconteceu, e quando de algum modo a imagem pública de Caminha se começava a deteriorar por causa dos ajuntamentos em alguns espaços e em alguns comércioos, fez-se declarações públicas como é sabido, pois tiveram eco nacional e que no momento imediato acabaram com os ajuntamentos aqui no Concelho de Caminha. Portanto, julga que não faltou trabalho nessa matéria.

f
7.
t



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda ao Senhor Deputado que o Município não precisa de nenhum gabinete de crise, porque já o tem, até lhe poderia dar um nome pomposo, mas, fez regularmente reuniões com os vereadores, com as escolas, com a GNR, com as IPSS com os hotéis, com os comerciantes, e estas reuniões de trabalho acontecem, mas, se lhe queremos dar um nome pomposo até se gastar algum dinheiro a colocar uma faixa, gabinete de crise, acaba por ser uma inutilidade. Porque esse trabalho é o que o executivo faz.

E, aquilo que a Senhora Vereadora andou a fazer estas semanas todas para que a escola funcionasse bem, isso ali ninguém falou. Ninguém falou que este ano letivo que é o mais difícil de todos, porventura é aquele que está a correr melhor. Com mais tranquilidade apesar do medo que todos tem. O trabalho feito nas praias pelo Senhor Vereador Guilherme Lagido com os concessionários e de acompanhamento permanente de acordo também com as sugestões que as Juntas de Freguesia deram, ou seja, o gabinete de crise existe e tem um nome Câmara Municipal de Caminha é aí que se concentram todos os esforços com toda a articulação. E por isso, termina dizendo que da parte do executivo aquilo que podem dizer é que estão satisfeitos com o que aconteceu durante este período. Foi importante, mas esse período já passou. O que se tem é de cuidar é do futuro. E o futuro é amanhã, é daqui a um ano e é daqui a 10 anos. E, vai continuar a pugnar e esta questão da pandemia, não vai acabar nem daqui a um mês e nem daqui a um ano, vamos ter que nos habituar a viver com ela. Ora, se durante um tempo não houve Assembleia Municipais, agora há, porque se criaram condições para as haver, durante algum tempo tinha-se algum receio de ir aos restaurantes, agora já se vai. Regressou-se às escolas, à vida social. Já se tem festas de anos, dos nossos pais e dos nossos avós, já se visita os nossos avós nos lares, já se faz apoio domiciliário e de algum modo tem-se de encontrar a saída.

E, por último o Senhor Presidente felicita todas as instituições, todas as Juntas de Freguesia, todos aqueles nas mais variadas profissões que tem sabido dar a cara perante estas situações. Sim, há excessos. Sim, há imbecilidades. Há

A
7.
E



Assembleia Municipal de Caminha

situações inacreditáveis, mas genericamente o Concelho de Caminha tem-se debatido bem. E não se deve olhar só para os números, do Covid, quantos ativos é que existem em Caminha e andam uns mais satisfeitos, porque só há onze, enquanto outros têm mais. Devem esquecer isso. É bom sinal, mas isso muda a qualquer momento, basta entrar num lar ou numa família ou numa Freguesia, aquilo que se temos de manter é o registo e esse registo é para manter enquanto se tiver força e enquanto se puder trabalhar no nosso gabinete de crise que é este Concelho e que é o modo de trabalhar em articulação com todas as instituições.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs a réplica.

O Senhor Deputado Carlos Videira, disse relativamente à questão do gabinete crise, que o Senhor Presidente de Câmara ali disse, que este talvez não seja um nome muito pomposo, nas palavras do Senhor Presidente é o nosso 760. É algo que se comunica de alguma forma, não para dizer que a Câmara Municipal não está a fazer o trabalho que lhe compete, não foi isso que ali foi dito, foi para dizer que é importante que haja um trabalho de concertação, que pode não ser feito pelo gabinete de crise, mas, pelas estruturas que o Senhor Presidente ali propôs, quando por exemplo propôs a criação de um Conselho Económico Social, o que não quer dizer que os sucessivos executivos fossem do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata, não ouvissem as populações, quer é dizer que num órgão de concertação com os vários atores sentados na mesma mesa, económico, sociais, educacionais como referiu podem haver trocas de ideias que seja mais profícua, não só para dar resposta a questões imergentes como é o início do ano letivo, mas, para dar resposta a questões médio longo prazo como a 4, 6 ou 7 anos, daí a questão de perguntar por uma proposta que fez na Assembleia passada sem resposta, que foi a do gabinete de crise, mas, aproveitando para a estender ao Conselho Económico Social.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que apenas vai corrigir uns números, e dizer que não tinha falado em 4 faturas em um mês, mas, sim 4 faturas em 2 meses, segundo opiniões recolhidas e casos bem conhecidos. Mas, grave é a forma como a ADAM tem gerido a questão das estimativas e das leituras, e a verdade é que se pagou em junho a conta de março, mas, também é verdade que a ADAM tinha solicitado as leituras dos seus clientes em março, como forneceram em abril, maio e em junho, no entanto, a ADAM ignorou completamente as leituras fornecidas pelos seus clientes e fez uma estimativa, ou seja, em junho há uma leitura da empresa e como fez estimativas pequenas nos meses de março, abril e maio, em junho aparece uma conta grande, paga em setembro. Mas, também não minora o facto de se dizer que são 4 faturas em 2 meses, e devem olhar para as famílias e perceber o impacto económico que isso trás nas casas das pessoas.

Relativamente aos poucos eventos disse o Senhor Deputado que o Senhor Presidente também não percebeu aquilo que ali quis dizer, e aquilo que ele quis transmitir é que estas Assembleia chegam a muito lado e Caminha tem muito mais para dar, e as suas palavras ao longo dos anos tem sido sempre de dar mais, e Caminha tem dado efetivamente muito mais, porém, este ano e foi isso que estava nas suas palavras deram o possível, foi pouco, foi. Mas, foi muito para o cenário que se vive, mas foi pouco para aquilo que habitualmente se dá, era esse o sentido do pouco. Ora, Senhor Presidente, a Festa do Avante inserida ali, vinda de alguém que acaba de valorizar a arte e os artistas em particular. Senhor Presidente tomara todos os municípios de País terem Festas do Avante todas as semanas com a capacidade de organização que felizmente o Partido Comunista Português teve, hajam muitas festas dos Avante e haja também boa ventura e que tudo corra muito bem no Concelho de Caminha.

Disse.

Handwritten marks in blue ink, including a star-like symbol and a signature.



Assembleia Municipal de Caminha

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs por sugestão da Câmara que o ponto “n” da ordem de trabalhos, fosse debatido de imediato.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que por uma questão de coerência, e por se ter discutido na comissão permanente, para se alterar a ordem de trabalhos, deveria ser feita logo no início da reunião, e esta situação passou-se a 26 de junho em algo muito semelhante, e uma vez que não foi pedido no início que houvesse alteração ao ponto da ordem de trabalhos, neste momento não faz sentido que se faça alteração. Portanto a CDU é contra e regimentalmente não se pode fazer.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que se está a começar o terceiro ponto da ordem do dia, só neste ponto é que se propõe o problema.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que em reunião de líderes o Senhor Presidente disse que provavelmente haveria outro ponto a introduzir na ordem de trabalhos. E, se no início desta Assembleia Municipal v.exa., queria que esse ponto que está em último lugar para ser discutido logo de início, teria que ter posto esse ponto a discussão e votação da Assembleia, não agora! Ora, o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro tem toda a razão, e subscreve as suas palavras, porque é o que lhe parece correto e legal, e está regimentalmente escrito.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que vai ali justificar o pedido da Câmara Municipal. A Câmara Municipal entende que este ponto é

[Handwritten signatures in blue ink]



Assembleia Municipal de Caminha

muito importante, e o qual ao longo desta semana levou a várias declarações públicas, que a Câmara considera que não são corretas e verdadeiras relativamente ao desconhecimento sobre aquilo que se estava a votar e a tratar e à necessidade de esclarecimento. A Câmara Municipal quer total transparência nesta matéria, e por isso entende que este debate deve existir neste momento, e não ser levado para a uma ou duas da manhã quando todos estão com vontade de ir para casa para estar junto das suas famílias, logo, é isso que solicitam, para que possa haver um debate neste momento ainda que apesar de tudo se está com maior capacidade e paciência para se ter este debate.

Disse ainda o Senhor Presidente que para aprofundar aquilo que é este tema, pois é fundamental sobre o qual a Câmara não quer que existe nenhuma dúvida. A Câmara teve o cuidado de convidar não só o investidor que tem este projeto e quer implementá-lo no nosso Concelho, como também o professor Licínio Lopes, que é professor na Universidade de Coimbra, o qual amanhã vai ter aulas logo de manhã, e o Doutor Marcelo Delgado que tem que voltar para Viseu ainda esta noite. Todos são soberanos e farão o que for entendido, admite que possa haver uma formalidade não cumprida, que possa obstaculizar este debate. Porém, depois de se ter passado toda a semana a dizer que não foram informados, que não tem documentos e que não sabem aquilo que estão a aprovar e quando a Câmara Municipal quer fazer um debate e quer fazê-lo no momento em que estão mais aptos a fazer esse debate e o querem encostar à uma da manhã, isso já não se compreende e esta Assembleia tem condições para superar este problema se o quiser fazer, se não o quiser fazer fica registado e fará naturalmente a leitura daquilo que ali se está a passar.

Obrigado.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que gostaria de perguntar ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, se o artigo regimental a que se



Assembleia Municipal de Caminha

refere é o artigo 18º, porque no artigo 18º, diz que “as propostas não constantes da ordem do dia não podem ser alteradas”, logo, regimentalmente ela pode ser alterada de posição, porque consta da ordem do dia, apenas pergunta se é a este artigo que o Senhor Deputado se refere do regimento, porque, a sua leitura está incorreta. Disse ainda a Senhora Deputada que se trata de uma questão de respeito pelas pessoas que ali estão para melhor esclarecer esta matéria, e o Partido Socialista não se opõe para que esta alínea seja alterada de posição para discussão, e não existe qualquer figura regimental que se oponha.

Obrigada.

O Senhor Presidente da Mesa, disse que a reunião de líderes foi no dia 18 de setembro, e nessa data ainda não havia nenhuma decisão da Câmara sobre esta matéria, ora, a reunião de Câmara foi no dia 21 de setembro, e todos sabem que não foram estas as matérias da reunião, foram discutidas outras matérias, portanto, ninguém ainda sabia e não se podia antecipar uma discussão sobre uma matéria que não havia conhecimento.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que esta noite já várias vezes ali se falou sobre essa reunião de líderes, inclusive o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, lançou a farpa que a líder de bancada do Partido Socialista e o representante das Juntas de Freguesia não estavam presentes, e teria sido de bom tom ter sido adiada para um dia em que todos pudessem estar presentes, porque já aconteceu em outras alturas em que nenhum representante do PSD, ou da CDU poderia ter estado presente. Permita este desabafo, porque hoje já ouviu ali falar dessa reunião e troca de acusações e está chocada com esta matéria.

O Senhor Presidente da Mesa, disse que a posição da Senhora Deputada não é correta, e não se lembra de nenhuma reunião da comissão permanente

d
f.
t



Assembleia Municipal de Caminha

ser adiada. Agora, aquilo que aconteceu é que a Senhora Deputada nas últimas três reuniões não compareceu.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que estava chocado, nunca viu a Câmara Municipal preocupada com as horas a que se tomam algumas decisões, e aconselha a que se volte para trás e se veja a que horas o Partido Socialista decidiu que se entrasse na ADAM, devem fazer esse exercício, algo que molesta neste momento os munícipes de Caminha e não havia essa preocupação, esta é a primeira vez que vê essa preocupação em levar uma decisão importante para a uma da manhã. Agora, está muito mais chocado com uma outra questão que ali apareceu, e mais importante que ali estar a pensar na alteração da posição desse ponto da ordem de trabalhos, que continua sem entender, também lhe parece que pretendem que haja intervenção do público, em hora que não é do público, porque, isso não existe mesmo figura regimental para que outras pessoas que não pertençam a este órgão, ou, que não seja da Câmara e em quem o Senhor Presidente da Câmara possa legar um seu representante, um Senhor Vereador, para isso não existe qualquer figura regimental e deviam ter dito às pessoas que podiam falar no período de intervenção do público, não existe figura regimental para que isso aconteça neste momento, e isso não aceita.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que uma vez que este ponto é tão importante, e até talvez o mais importante desta Assembleia Municipal, teria sido melhor convocar uma Assembleia Municipal extraordinária para discutir este ponto. E, se havia problemas de horários, excecionalmente, em reunião de líderes poderia ter acordado com as restantes forças políticas fazer uma Assembleia Municipal extraordinária para se ter tempo suficiente para se discutir esta matéria. Mas, esta noite não podem falar regimentalmente os senhores convidados.

Muito obrigado.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a Câmara Municipal acha extraordinário como os Senhores Deputados foram tão rápidos a acusar a Câmara Municipal de não querer fazer debates, e dizerem o que querem lá fora para ali fazerem o seu contrário, ou seja, não querem conhecer aquilo que está em jogo. Esta Assembleia Municipal ainda há pouco tempo recebeu ali alguém da Proteção Civil que não era desta Assembleia e andou a distribuir coletes por todos. Em vários momentos são convidados especialistas ou pessoas que ajudam a encontrar soluções, ou técnicos municipais que não são membros da Assembleia Municipal, e não tem memória em algum momento de dizer que não podiam falar. A Câmara Municipal sabe do que está a falar, tem conhecimento das propostas, mas, quer esclarecer todos os Senhores Deputados de todas as dúvidas e chama os melhores, que são os especialistas e o investidor, e sobretudo dois especialistas em direito que ali estão; são professores ligados à Universidade de Coimbra que estudam estas matérias, fizeram os códigos de contratação pública, foram membros dos Conselhos Superiores de Magistratura e outros professores que dão formação e que são membros da Associação dos Técnicos Municipais, logo, será de todo o interessa desta Assembleia Municipal conhecer os documentos, ou amanhã fazem um comunicado que não conhecem os temas e que foi tudo passado por baixo da mesa. Agora, está disponível para fazer o debate às horas que os Senhores Deputados quiserem, contudo, beneficiava-se agora de fazer o debate, a Assembleia o entenderá! Mas, se ainda querem condicionar o esclarecimento das matérias através de pessoas que trabalham com estes temas e sabem daquilo que estão a falar e que ajudaram a redigir aquilo que são os contratos e acordos que foram aprovados em reunião de Câmara, isso já lhe parece excessivo e existe um histórico nesta Assembleia que ali falaram e esclareceram para proveito do debate.

Disse ainda o Senhor Presidente que em prejuízo para as pessoas que ali estão, se deixar cair a preposta para debate para último ponto, e se a vontade

(Handwritten marks in blue ink: a signature, the number '7', and a flourish)



Assembleia Municipal de Caminha

é de quanto mais sonolentos se estiver para se debater, isso é tranquilo para Câmara Municipal.

O **Senhor Presidente da Mesa**, pergunta à Assembleia se está de acordo em que a alínea n), passe para primeiro ponto da ordem de trabalhos, afim de ser discutida. E, se autorizam a participação dos Senhores convidados para prestarem esclarecimento sobre esse ponto.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, pede um esclarecimento à mesa, e disse que o Senhor Presidente acabou ali de fazer uma proposta que tem dois itens, sendo que o primeiro item é mudar a alínea n) para o início desta Assembleia. E, o outro item é permitir que os convidados falem durante este período, isto para esclarecimento da Assembleia, para que saibam o que estão a votar.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que era extremamente importante, serem esclarecidos de qual a figura regimental que a mesa se sustenta para colocar estes dois itens a votação em simultâneo. E, neste momento o mais importante é saber qual a figura regimental para que alguém que é externo a este órgão possa intervir no período da ordem do dia. E, não deixa de ser estranho que as vezes o mal exemplo sirva para atacar forças partidárias que na liderança tomaram más decisões, mas, que parece que essa má decisão já serve de alguma tábua de salvação para que más decisões agora também se possam tomar. E, não será por se terem tomado más decisões no passado que se possam agora tomar no presente.

Disse.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos

φ
2.
Z



Assembleia Municipal de Caminha

seguem de casa e Comunicação Social, e lembra que ali preside a legalidade do direito, mas, também preside o pedido de esclarecimento, e refere, que assistiu a várias Assembleias Municipais e muitos dos presentes que ali estão também lá estavam, que lhes foram dados esclarecimentos quando existiam matérias para as quais tinham dúvidas, isso foi feito no passado e muitas vezes, como por exemplo para aumento ou de mexidas de impostos, quando se punham dúvidas substantivas e até se interrompia a Assembleia para virem esclarecimentos, e nunca viu esses reparos e hesitações, e como Presidente de Junta está interessado em ter todo o esclarecimento para se poder pronunciar, como qualquer um que ali está e como qualquer pessoa que está em casa, não vai agora refugiar-se em determinadas situações que no passo foram ultrapassadas, para não se querer saber a verdade, e só depois se deve julgar, no entanto, deve-se ouvir e se esclarecer todas as dúvidas, porque é disso que as pessoas esperam de todos que ali estão.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez um requerimento, que passou a ler: “Ao abrigo do art.º 25, do Regimento da Assembleia Municipal, alínea h), venho requerer que as pessoas convidadas para esclarecer a alínea n), da ordem de trabalhos, sejam ouvidas”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que é um mal começo quando os autarcas defendem os promotores, antes de uma discussão. Mas aquilo que o levou ali refere-se ao art.º 17, ponto 2, alínea d) Proposta de alteração ou aditamento à ordem de trabalho”, pertence ao período de antes da ordem do dia. Logo, v.exa., não vai pedir para votar uma coisa que é contra o regimento.

Disse.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação o requerimento, o qual foi aprovado com 20 votos a favor, 10 votos contra e 5 abstenções.

f
zi
L



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto, e disse que o voto contra prende-se com o facto de este requerimento, os obrigar a algo que regimentalmente não está considerado, portanto, obriga-os a algo que vai contra o regimento e nessa circunstância nenhum requerimento devia ser aprovado, seria o mesmo que aprovar um requerimento que diz que lhe devem retirar a voz, se calhar seria do agrado de alguém, mas, não pode paciência.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que este requerimento prende-se com a necessidade e a vontade da maioria ali presente, em nome de todos os munícipes do Concelho de Caminha, pretendem ouvir e ser esclarecidos daquilo que se trata este assunto, para depois votar em consciência uma coisa da qual não conhecem com a profundidade que este assunto requer. E, foi por isso que este requerimento foi apresentado, trata-se de uma figura legal e a qual o regimento prevê.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que ali existe algo muito estranho, a ordem de trabalhos tem um período de antes da ordem do dia, e um período da ordem do dia e o que diz o art.º 17, n.º 2, alínea d), relativo ao período antes da ordem do dia que é neste período que “Proposta de alteração ou aditamento à ordem de trabalho”, portanto, é nesse período que se decide se se altera ou não a ordem de trabalhos.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que esta não é uma alteração à ordem de trabalhos, apenas se trata de uma alteração à discussão de um ponto da ordem de trabalhos.

Handwritten notes in blue ink: a circle with a diagonal line, the number 7, and a signature.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que em benefício desta discursão, vai ali dar o seu contributo e se entenderem que não é válido abdica, porque aquilo que ali está em causa é informar as pessoas e não estar ali quase uma hora a debater estas minudências, mas, vai tentar encontrar ali uma argumentação que pelo menos os Senhores Deputados aceitem. E, refere que no art.º18 do Regimento da Assembleia Municipal diz respeito ao Período da ordem do dia, e no n.º1 define que “A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias depende de deliberação tomada por, pelo menos dois terços dos membros presentes, que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto”, e se por maioria de razão neste período da ordem do dia é possível introduzir um ponto que não estava na ordem do dia, muito mais facilmente é possível alterar um ponto da ordem do dia, portanto, isto é uma leitura lógica do regimento, e, sobre essa matéria julga que não haverá dúvidas. Mas, se houver pede em nome da Câmara Municipal que não coloque este requerimento a votação, e esperasse o tempo que for necessário para fazer o debate sobre a minuta, porque o interesse da Câmara Municipal é de esclarecer as pessoas, e não lançar poeira para as câmaras da televisão e para cima dos Senhores Deputados.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a alteração da discussão da alínea n), para primeiro ponto da ordem de trabalhos, a qual foi aprovada com 20 votos a favor, 10 votos contra e 5 abstenções.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma declaração de voto, apenas para justificar o voto contra uma vez que não se pode contrariar o previsto no art.º 17, n.º 2, alínea d), a decisão que ali se acabou de tomar vai contra o regimento, razão pela qual tentaram contrariar votando contra.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, passou a alínea n), da ordem de trabalhos para ser discutida em primeiro lugar.

(Handwritten marks in blue ink: a signature and the number 7.)



Assembleia Municipal de Caminha

n) Minuta de Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de setembro de dois mil e vinte, relativa à “**Minuta de Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço.**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, autorizar a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Minuta de Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que nenhum dos eleitos municipais que ali estão julga ele que não quer esclarecimento ou está a negar esclarecimento, e na verdade as pessoas que ali estão representam e defendem o promotor, mas, o Senhor Presidente é que decide se vão primeiro os promotores, já que aprovou a sua intervenção, pode seguir esse procedimento e eles discutem no final, agora, também sabem se vem da parte do promotor defenderam o projeto como é lógico, portanto, se querem defender esse procedimento continuem.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa, e disse que atendendo a que o Senhor Presidente vai abrir o período de inscrições, pediu à mesa para ler a minuta desta alínea, para que todos entendam daquilo que ali se vai debater, sendo este o ponto mais importante desta sessão e talvez o do ano 2020.



Assembleia Municipal de Caminha

o **Senhor Presidente da Mesa**, disse que este ponto foi enviado com todos os anexos para que os Senhores Deputados o lessem e o qual faz parte da ordem de trabalhos.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que está absolutamente à vontade para fazer o esclarecimento no final como sempre. Mas, as suas primeiras palavras são para quem os acompanha em casa porque nestes debates, com estas minudencias à volta destas questões não ajudam as pessoas a compreender o que se passa na vida política, e não trás nada de bom para aquele que é o trabalho e as necessidades de esclarecimento, e por isso pede desculpa da parte que lhe toca. E, trata-se de um debate importante porque se está a falar de uma proposta absolutamente revolucionária para o futuro Concelho de Caminha, e está a ser manchada como já todos perceberam que propositadamente, com um conjunto de nuances e de cortinas de fumo lançadas sobre um debate, e não queria que o contaminasse, e por isso vai apresentar aquilo que está em jogo.

Disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal tem tido como objetivo ao longo destes últimos anos atrair o máximo de pessoas ao Concelho de Caminha, de acordo com as suas capacidades e de acordo com as suas necessidades, tem-se apostado muito na indústria do turismo e em verdade é preciso dizer que tem feito isso com sucesso. O Concelho de Caminha tem nos últimos anos feito o seu próprio trabalho tem duplicado o número de visitantes no Concelho de Caminha, duplicou o número de proveitos de hotelaria no Concelho de Caminha, projetou-se como um dos polos de maior atratividade do ponto de vista do turismo no conjunto do País e no conjunto do Norte. E, este é um trabalho que precisa de ser continuado. Precisa de ser continuado sobretudo, porque se tem dois problemas essenciais no Concelho de Caminha naquilo que tem a ver com a capacidade de atrair turistas.



Assembleia Municipal de Caminha

Em primeiro lugar a discrepância que existe entre o número de hóspedes que se atrai para o Concelho e o crescimento desse número de hóspedes ao longo do tempo comparativamente com o crescimento do número de camas. E isto é muito importante. Porque, se o número de visitantes que se tem no Concelho de Caminha e o número de dormidas vai crescendo, isso quer dizer que há mais pessoas nos restaurantes, que há mais pessoas a usufruírem da animação turística, que há mais pessoas a ir às lojas. Isto é bom! Mas por exemplo do ponto de vista da hotelaria quer dizer que aqueles que existem e os poucos que aparecem novos ficam com todos estes novos turistas não havendo capacidade para criar mais emprego com novos hotéis, com novo alojamento local, com as pessoas que trabalham à volta do hotel, que trazem os alimentos, que trazem todas as atividades, todos os serviços, a limpeza, a copa, a cozinha, o acompanhamento dos nossos hóspedes.

O segundo problema que se tem é o da sazonalidade. Não é um problema exclusivo de Caminha, nem é um problema exclusivo do País, acontece em toda a parte do Mundo. Tudo aquilo que tem a ver com turismo de neve acontece quando há neve, tudo o que tem a ver com turismo de praia acontece quando há praia, tudo o que tem a ver com questões específicas ligadas a um determinado território tem sazonalidade e o nosso Concelho tem sazonalidade também associada ao facto de se ter um turismo de família que tem a sazonalidade própria das férias das pessoas e dos seus filhos. É normal. Mas, a verdade é que se concentra muito turismo nos meses de junho, julho, agosto e parte de setembro e tem-se menos turismo durante o resto do ano. No entanto, o executivo tem feito um grande esforço por puxar por muitas coisas como, o Natal, o Carnaval, a Páscoa e ainda se tem a sorte e a felicidade do Corpo de Deus em Caminha, a festa da Flôr em Vila Praia de Âncora, algumas coisas se fazem, mas, é preciso fazer mais. Se hoje fossemos ao Hotel Meira ou Portas do Sol, ou se andasse nos restaurantes via-se que há menos gente que se gostaria que tivesse. Então! como quebrar este problema da sazonalidade e aumentar o número de hotéis, de empresas, o número de



Assembleia Municipal de Caminha

atividades e de empregos no Concelho de Caminha? Criando algo que chame pessoas a Caminha durante todo o ano. Foi neste contexto, que surgiu a possibilidade e a oportunidade de se poder ter ali no conjunto do Concelho de Caminha, um Centro de Exposições Transfronteiriços, está a falar de uma nave que será construída em terreno privado por investimento dos privados com terrenos privados, responsabilidade privada e que fará com que haja uma nave no Concelho de Caminha com capacidade para albergar até 2600 expectadores em eventos desportivos ou eventos culturais, sentados ou 5500 expectadores num só momento em feiras, exposições, ou congressos. Está-se a falar de um espaço e de uma infraestrutura muito semelhante àquela que existe no multiusos de Guimarães, no multiusos de Gondomar, em Lisboa e no Porto, para acolher atividades durante todo o ano, ter um calendário durante todo o ano: feiras internacionais, exposições, congressos, que tragam durante um fim de semana, alargado 10, 15 ou 20 ou 30 mil pessoas. Isto não é nenhuma novidade acontece mesmo com outras feiras em outros locais.

Ora, como todos sabem a Câmara Municipal também tem alguns problemas associados. Não tem capacidade para investir num edificado destes. Não tem esse dinheiro, nem como pedir dinheiro para o fazer, por outro lado também não tem nenhum terreno para em parceria poder ceder um direito de superfície que tem um determinado valor para que um privado faça a sua parte com o Município a buscar a superfície e o privado a fazer o edificado. Não se tem sequer condições técnicas para criar um projeto, imaginar um projeto para ver como se vai fazer. Então, o executivo teve que fazer aquilo que muitos julgariam impossível. Arranjou maneira de fazer ali um Centro de Exposições que atraia muita gente durante todo o ano, e nisso, julga que todos concordaram com a ideia, é bom para Caminha ter um Centro de Exposições. Porém, arranjar um terreno, comprar um terreno, tem de se fazer um projeto, tem que se construir nesse espaço e depois rentabilizar junto da população. Sabe que isso parece impossível, mas para quem sonha e para quem quer que a sua terra vá para a frente não há impossíveis. E, o executivo encontrou um



Assembleia Municipal de Caminha

investidor privado disponível para comprar um terreno, para fazer o edificado para fazer o projeto e para depois entregar as chaves para ser gerido pelo Município ou se deixar que outros possam deixar fazer essa gestão.

Este investidor privado não é nenhuma religião que vem ali para oferecer o que quer que seja à Câmara de Caminha, não é nenhum benemérito, é mesmo um fundo de investimento. E pasmem-se se os fundos de investimentos querem ganhar dinheiro. E como é que eles ganham dinheiro? Eles têm um custo que é a soma da compra do terreno e da construção daquele edificado, tentam encontrar dentro deste custo um valor, que apresentam à Câmara que aceita ou não aceita, e dentro desse valor o que eles têm é de retirar o lucro. A cada renda ou a cada ano, de maneira a que no fim, possam ganhar com isso. Qual é a vantagem de um fundo de investimento por exemplo comparativamente com uma empresa especulativa que faça uma PPP e que pretenda ganhar muito dinheiro.

É que o fundo de investimento tem investimento em tantas coisas que precisa apenas de lucros relativamente curtos, e, portanto, não vem buscar ali aquilo que não tem para dar. Não é como na PPP das piscinas em que dois terços da fatia que o Município paga é para os privados. Não precisa. Precisa de um fio muito mais pequeno.

E, o que o Município tem de garantir a este privado.

Uma empresa privada que vem investir 8 milhões de euros no Concelho de Caminha, que vai comprar um terreno já apalavrado, que vai lançar-se numa construção que ao todo são 8 milhões de euros precisa de ter uma garantia mínima, um sinal, não basta a palavra do Presidente. E, o que é que eles pedem que a Câmara aprove neste momento para desencadear todo o resto do processo um contrato de promessa de arrendamento que é no fundo o quê. É que a Câmara promete arrendar quando estiver feito e quando estiver licenciado o espaço do multiusos do Centro de Exposições. Um privado que tem um cliente no dia em que acaba o seu edificado e para a Câmara, que

Handwritten marks in blue ink: a stylized symbol at the top, followed by the number '7' and a signature-like scribble.



Assembleia Municipal de Caminha

sabe que o edificado não será entregue a outra pessoa. A outro especulador assim, será a Câmara a gerir o seu futuro.

Mas, ali entra um segundo tema. Que é o tema se a renda justifica ou não o investimento da Câmara? O que a Câmara diz neste contrato de arrendamento, é que promete que no final se tudo estiver feito vai arrendar aquele espaço discutirmos se 25 mil euros por mês ou 300 mil euros por ano é muito ou é pouco dinheiro. Ora, esse tema tem de ter dois pressupostos: a comparação com investimentos que se faz, para outras iniciativas e a capacidade que se tem para esses investimentos. Mas, se a Câmara tem capacidade para pagar esse investimento e comparativamente com os investimentos que se fazem, no entanto, que fique claro o seguinte: por exemplo o arrendamento que o Município tem onde estão os serviços da Câmara Municipal no Hospital Velho corresponde a um quarto deste valor. Está longe do total, mas é um quarto do valor para acomodar serviços, mas, para ser mais claro. Uma feira medieval à Câmara de Caminha custa 230 mil euros, nunca ouvi ninguém dizer que não é bem investido. E é bem investido. Em 5 dias de animação de Caminha, 230 mil euros. Um festival de Vilar de Mouros, que a Câmara teve de mobilizar de acordo com as contas de 2019, cerca de 270 mil euros bem investidos, num festival que dá nome a Caminha que projeta Caminha além-fronteiras, mas, são 270 mil euros por aqueles dias e pelo nome que projeta. E eu pergunto. A Câmara gasta muito dinheiro se assumir este projeto por 300 mil euros? Mais a Câmara quando entra neste projeto, este projeto está feito para a Câmara ganhar dinheiro se quiser. Ou, para privados, funcionários ganharem dinheiro, mas, sabe que não acreditam na Câmara, nem acreditam em concessionários, mas o facto deste projeto estar tão preparado para se ganhar dinheiro não quer dizer que a Câmara, não tome em conta e não pense neste investimento sempre no pior cenário. Pior cenário é: ninguém quer ir para aquele multiusos, ninguém quer concessionar o multiusos, tem de ser a Câmara a gerir. A Câmara vai perder 300 mil euros por ano com o multiusos e pergunta: não vale a pena investir 300 mil euros por ano para se ter gente todo ano no Concelho



Assembleia Municipal de Caminha

de Caminha? Julga que vale a pena. É este o investimento se quer fazer e o que está em causa é um contrato de arrendamento só como outros que se tem, como é o caso do Hospital Velho, como já se teve com o Dr.º Dionísio Marques. O arrendamento de um só espaço, pelo qual se teve de pagar meio milhão de euros nos últimos anos por rendas não pagas da Câmara. E a Câmara também tem estas possibilidades, porque ainda no ano passado deixou de pagar o spread. Aquele empréstimo que foi contraído pelo PSD para pagar dívidas, já se acabou de pagar só aí são 6 mil euros que deixou de pagar por ano. Ao longo dos últimos anos, dívidas que se tem de pagar por processos judiciais, está-se a falar de 250 mil euros ano, mas, vai-se deixar de pagar porque já se está a pagar tudo. Tem-se capacidade para investir. E, está-se a equilibrar as contas, vai-se ter mais capacidade atraindo gente para o Concelho. Agora digam: Presidente vai-se arriscar a assinar um contrato promessa de arrendamento, e se eles não comprarem o terreno? o contrato cai? E se eles não apresentarem projeto ou o projeto não for válido na Câmara? O contrato cai? Não há um arrendamento numa coisa que não existe. E se eles fizerem aquilo tudo e depois não passa no crivo da Câmara e não tem licença de utilização? É um problema deles. A Câmara sem licença de utilização não arrendamento, mas, a Câmara não tem de adiantar uma renda de um ano que é do último ano de 300 mil euros? Tem, mas se a responsabilidade for por parte do Senhorio que ainda não é Senhorio, se não conseguiu comprar porque não quis não lhe apeteceu ou não conseguiu o terreno, ou não conseguiu aprovar os licenciamentos na Câmara porque não cumpriu a lei ou não conseguiu ter a licença de utilização porque o projeto não corresponde ao aprovado, aí tem de devolver o dinheiro à Câmara Municipal. É isento de riscos? Não, não é isento de riscos. Porque a Câmara vai gerir ou vai concessionar.

Disse ainda o Senhor Presidente que está convencido pelos contactos prévios que tem que haverá gente com vontade de concessionar. E, mais: desde segunda feira que tiveram contactos de

φ
2.
E



Assembleia Municipal de Caminha

empresas de gestão de espaços semelhantes a perguntarem quando é que abria o concurso de concessão. Serve isto para dizer que há de facto uma grande procura destes espaços. Sendo que isso significa que há um salto epistemológico naquilo que é a visão do Concelho de Caminha. É mudar completamente de latitude é passar de AM para FM. É pegar no seu telefone que todos sabem como é, e ter um telefone 5G.

No entanto, o executivo pode continuar a fazer eventos, podem continuar a dar prémios a determinados tipos de espaços, mas, o Município precisa de dar o salto. De criar um clique. De criar ali uma superação. E, é disso que se está a tratar.

O Senhor Presidente para terminar agradece a oportunidade de esclarecer melhor estas matérias sobretudo relativamente ao investimento que está em causa, e tem ali o Dr. Ricardo Moutinho, que vai dar uma breve explicação sobre o que é o investimento.

O **Senhor Ricardo Moutinho**, em representação do investidor, explicou toda a filosofia do grupo e revelou a razões pelas quais Caminha foi escolhida para um investimento desta envergadura. O Centro de Exposições Transfronteiriço da Greenfield fez ainda uma apresentação do projeto e mostrou as linhas essenciais do estudo realizado sobre a área de influência onde este investimento terá impacto, que inclui territórios da Galiza.

O Centro de Exposições Transfronteiriço consiste no maior pavilhão multiusos do Alto Minho, com capacidade para 2.600 espectadores em eventos desportivos e capacidade para 5.500 espectadores noutros eventos, como feiras, espetáculos e concertos musicais. O pavilhão multiusos ficará inserido no futuro parque público de Caminha, com três hectares de áreas verdes e equipamentos desportivos.

O Centro de Exposições Transfronteiriço e o parque público de Caminha materializam um investimento de 8 milhões de euros, que será concretizado no imediato. Construída a infraestrutura, o Município de Caminha irá arrendá-la

Handwritten marks in blue ink, including a stylized signature and the number '7'.



Assembleia Municipal de Caminha

por 25 mil euros mensais, durante 25 anos. O Município poderá optar por concessionar ou subarrendar ou explorar diretamente o complexo, em todo ou em parte.

O contrato-promessa de arrendamento viabiliza o investimento, mas só se tornará definitivo depois da construção da obra. A manutenção do complexo fica a cargo do investidor privado, mas o Município de Caminha reserva para si a opção de compra da infraestrutura.

E, porquê Caminha? Porque Caminha é um dos municípios do País que tem em termos per capita e proporcionais uma das maiores percentagens de investimento em Cultura e Desporto do País, e quem o diz é o PORDATA.

O **Senhor Professor Doutor Licínio Lopes**, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde tem vindo a lecionar, diversas unidades curriculares nas áreas Direito Administrativo III, Direito Administrativo I e II, Direito Fiscal, Contratos Públicos, Direito do Emprego Público, Parcerias Público-Privadas, Direito Público I, Administração da Escassez, Direito Administrativo da Escassez em vários Mestrados e Doutoramentos, deu uma breve explicação sobre o Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço, começou por pedir desculpa, porque foi ele que deu origem a este pequeno introito inicial, porque vai dar aulas às 9.00horas da manhã e durante o dia todo. Disse ainda que esta análise é apenas técnica e não foi mandatado para isso. E, elogia o Senhor Presidente, porque do ponto de vista técnico ou legal, tratando-se de um contrato promessa de arrendamento, rigorosamente diria, que não mereceria estar ali a ser discutido, porque se trata de uma competência da Câmara, inseria a renda no orçamento levava o orçamento à Assembleia Municipal era aprovado e não se discutia ali aquele modelo importante para Caminha. Mas, não se deve governar assim um Município e por isso os seus parabéns por esta transparência e por esta aposta que nem todos os Municípios cultivam necessariamente esta matéria.

(Handwritten marks in blue ink: a signature and the number 7)



Assembleia Municipal de Caminha

Aquilo que lhe foi pedido para analisar foi um modelo que implicasse o menor risco possível para o Município, ora, mediaticamente todos sabem que existem modelos que são utilizados pelo Estado e por outros municípios, que não tem tido os melhores resultados, referindo-se às mediática parcerias público privadas ou do Estado ou dos Municípios, que tantos Municípios fizeram, por exemplo, para Parques Desportivos, Piscinas e etc., agora, aquilo que se quis evitar com este modelo foi exatamente isso, encontrar uma arquitetura jurídica que desse viabilidade a um modelo económico- financeiro para um investimento que pudesse ser frutuoso do ponto de vista da entidade pública sem que esta tivesse riscos substanciais com este projeto, designadamente, para municípios que tem orçamentos limitados e que tem outras alternativas e necessidades de dispêndios rotineiros para além dos custos fixos. Este modelo nos seus pormenores, já ali foram explicados sabiamente pelo Senhor Presidente, porém, a ideia para a arquitetura base foi criar um modelo que segurasse principalmente a parte do Município, de forma que ficasse na sua disponibilidade, não apenas a aprovação dos projetos, mas, criar um projeto para as gerações vindouras, sem comprometer essas gerações e ficar com a possibilidade finda a construção de obter o arrendamento e de eventualmente este Presidente, ou , outro Presidente tomar uma decisão livre e democrática e coloca-la a jogo com transparência, mas, isso, é nesse momento, até lá o Município não se compromete rigorosamente em nada, juridicamente no plano legal, no plano contratual, apenas neste momento está em causa a votação de um contrato promessa, que poderá ou não converter-se em definitivo segundo a disponibilidade, a avaliação de alguém que no momento próprio o fará, a Câmara Municipal e depois eventualmente a Assembleia Municipal, ou seja, os procedimentos do lado da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal como estão salvaguardados hoje não compromete ninguém com este contrato, não limita a disponibilidade dos poderes próprios do Município para amanhã, 5 ou 8 anos, essa avaliação será feita nesse momento, em função da qualidade que for apresentada no investimento realizado na altura própria, e tudo isto que ali



Assembleia Municipal de Caminha

está a dizer, está garantido juridicamente no projeto, e o que ali está é um modelo original relativamente aquilo que são os códigos dos contratos públicos, o que está na Lei das PPP é um modelo à parte e isento dos código dos contratos públicos não tem que estar lá, e como é um contrato de arrendamento da fiscalização do Tribunal de Contas também não está, e está no parecer e há acórdãos do Tribunal de Contas nesta matéria, porque, senão estivessem seguros não apresentavam isto a ninguém e muito menos a uma entidade pública que o tem como credível. Não vai ali falar de regras e pormenores técnicos, foi apenas um modelo, mas, tem sido um problema para os orçamentos públicos, que é o jogo de entrarem contratos que comprometem orçamentos públicos como as PPP se não forem bem feitos, são contratos arriscadíssimos para os contraentes públicos, ou outro tipo de contrato que muitas vezes lhe chamam concessões, mas, na realidade são PPP encapotadas e acabam por ter o mesmo resultado, no entanto, não é nada disso que ali está como já resultou da exposição muito clara do Senhor Presidente, e, era isto que queria ali explicar, para dar o conforto possível daquilo que é o estudo, da análise ponderada, cuidada, e com algum saber que oficiosamente tem que ter dada a sua profissão jurídica e independência técnica e deontológica.

Muito obrigado.

O **Senhor Doutor Marcelo Delgado**, licenciado em Direito com uma Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente. No plano académico, foi docente no Mestrado em Engenharia e Planeamento Municipal, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), formador no Centro de Estudos e Formação Autárquica, e docente no Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP). Deu uma breve explicação sobre o Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço, e disse que depois do Senhor Professor Licínio Lopes falar tornasse muito difícil, porque é alguém que explica



Assembleia Municipal de Caminha

muito bem as suas ideias, e foi muito claro em uma coisa que para ele é fundamental ao dizer que não está ali a representar interesses privados, e participou neste projeto, porque achou que era um projeto criativo e que poderia alavancar o poder local e o desenvolvimento económico e territorial do poder local, de outro modo não teria dado o seu nome para este peditório.

Este projeto foi idealizado numa perspetiva de agilização beneficiando o cumprimento das regras jurídicas, o que quer dizer, que não avançaram para modelos clássicos que não deram grande resultado no País, como, o que aconteceu com as Parcerias Público Privadas, e aquilo que está em cima da mesa é tentar cativar investimento privado através de um modelo transparente que passa pela celebração de um contrato de arrendamento definitivo, e nesta primeira fase aquilo que se vai fazer é celebrar um contrato promessa por uma razão obvia é que o investidor ainda não tem o imóvel para arrendar. E, quais são as obrigações capitais das partes?

A obrigação capital do Município é manter e conservar o imóvel depois de arrendado e pagar a renda.

As obrigações do privado são: adquirir os terrenos em Caminha, construir e conceber do ponto de vista arquitetónico o edifício que será objeto do contrato de arrendamento e reconhecer o direito de opção de compra a favor do Município transcorrido o período de 25 anos.

Disse que a intervenção jurídica do ponto de vista do Professor Licínio Lopes neste processo foi para ele um ensinamento, porque lhe retirou duas inquietações que ele tinha do ponto de vista jurídico, e passa por saber que se pode escolher um arrendatário desta forma; a Câmara não terá que fazer um concurso para escolher um parceiro a quem arrenda o seu imóvel, a resposta é clara, o código dos contratos públicos não exige o lançamento de qualquer procedimento concursal para a escolha do parceiro privado no caso o senhorio, portanto, a Câmara pode escolher o senhorio sem estar sujeita a regras da concorrência. Segundo aspeto, este contrato não está sujeito a visto do tribunal de Contas, os contratos de arrendamentos celebrados pelas entidades públicas



Assembleia Municipal de Caminha

estão excecionados da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, e, portanto, o Município de Caminha, quanto a isso pode ter na sua opinião a certeza que está a aprovar uma questão absolutamente legal.

Em uma nota final, disse o Senhor Doutor Marcelo Delgado que queria dar ali uma palavra ao Senhor Presidente da Câmara e não gosta de elogios fáceis, mas, esta matéria não tinha que ali estar a ser discutido, a aprovação de contratos de arrendamento é uma competência própria da Câmara Municipal, a única matéria que exigia a intervenção da Assembleia Municipal tem a ver com o efeito plurianual da despesa que está associado a este contrato, é a Assembleia Municipal que vai autorizar este desdobramento da despesa pelo período de 25 anos. E, ao colocar ali este assunto o Senhor Presidente da Câmara está a fazer uma coisa que é notável na democracia que é permitir um escrutínio preventivo da Assembleia Municipal quanto a este modelo, coisa em que muitos municípios irão aplicar este modelo, pelo que Caminha deve aproveitá-lo, porque este modelo irá ser replicado, desde que não venha uma lei que o venha travar, o que pode vir a acontecer, mas, este exercício de democracia é muito importante permitindo de uma forma preventiva que a Assembleia Municipal escrutine este modelo contratual.

Muito obrigado a todos.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Estamos nesta alínea a discutir a minuta de um contrato de promessa de arrendamento do futuro Centro de Exposições Transfronteiriço que se prevê venha a ser construído na freguesia de Vilarelho neste município.

O contrato em causa, como decorre das respetivas atribuições e competências dos órgãos do município foi analisado, discutido e aprovado na última reunião



Assembleia Municipal de Caminha

da Câmara Municipal o que significa que foi devidamente estudado, avaliadas todas as suas implicações e, politicamente, escrutinado.

Cabe agora aos membros da Assembleia Municipal também, no âmbito das suas atribuições e competências, apreciar a proposta apresentada pelo executivo municipal e deliberar por forma a que a Câmara Municipal possa dar sequência a este processo, tendo sempre subjacente a defesa do interesse público.

A bancada do Partido Socialista assume que a existência de um equipamento desta natureza na área do município e, no caso concreto, na freguesia de Vilarelho, pode ser uma grande mais-valia para as populações do conjunto das freguesias independentemente de se situarem no Vale do Âncora ou do Minho/Coura.

A bancada do Partido Socialista acredita que a Câmara Municipal, estando em causa a afetação futura de dinheiros públicos, avaliou cuidadosa e criteriosamente os seus impactos nas finanças municipais e assegurou que as mais-valias que concorrerão para o desenvolvimento económico e social do município, permitem dizer que estamos em presença de uma combinação virtuosa de interesses públicos e privados.

Por isso acreditamos que este projeto concorrerá para dinamizar o tecido empresarial, quer na atualidade, em que o panorama é, infelizmente, muito débil, quer no futuro, pois temos no horizonte as dinâmicas que vão ser proporcionadas pelo Portugal 2020/2030 e pelos apoios da União Europeia para o mesmo horizonte temporal.

Acreditamos que o projeto, que nos é apresentado como uma iniciativa privada, com todas as consequências daí decorrentes, concorra para tornar o nosso município mais robusto, dinâmico e competitivo na esfera local e regional.

Este projeto foi pensado e desenhado numa lógica transfronteiriça, tendo em vista acrescentar valor às dinâmicas territoriais e, naturalmente, contribuir para melhorar as condições de vida das populações dos dois lados da fronteira.

f
7.
L



Assembleia Municipal de Caminha

O nosso apoio à proposta apresentada à Assembleia Municipal pelo executivo municipal assenta nesse pressuposto e acredita que vai ser importante para, em face da "nova normalidade" que decorrerá da ultrapassagem dos problemas decorrentes da pandemia provocada pelo COVID-19, concorra para o aumento crescente da atividade económica e social e permita:

- a) Aumentar a procura nos setores do comércio e dos serviços criando mais e melhores empregos;
- b) Recuperar os níveis históricos nos setores ligados à hotelaria e turismo com particular destaque dos subsectores da hotelaria, restauração, animação cultural e alojamento local, que, antes da crise pandémica, cresciam para valores que nos orgulham a todos.

Importa que os investimentos previstos permitam desenvolver no nosso município e serem verdadeiros instrumentos ao serviço do combate à sazonalidade e tenham o necessário retorno para ambas as partes.

Espera-se, pois, que o projeto que nos é apresentado, consiga atrair eventos nacionais e internacionais e criar dinâmicas empresarias, potenciadoras do desenvolvimento económico e social, especialmente, na época baixa, para proporcionar mais e melhor emprego para as nossas populações e, não apenas na época alta, mas durante todo o ano.

Estando previsto que o Centro de Exposições Transfronteiriço, passe pela aquisição da Quinta do Corgo, com mais de 36 mil metros quadrados e integre uma nave para albergar concertos, exposições, feiras nacionais e internacionais e todo o tipo de eventos, com capacidade para 5500 lugares sentados e 8000 visitantes de pé, a nossa expectativa é de que o projeto seja bem pensado e que tenha o sucesso que todos desejamos.

O seu sucesso decorrerá do facto de conter os ingredientes necessários para que se transforme num projeto de investimento âncora, gerador de riqueza para todo o concelho de forma direta e indireta, com repercussões e fortes alavancas em ambos os lados da fronteira.

φ
7.
E



Assembleia Municipal de Caminha

O complexo será completado com a construção de um parque urbano com uma área de acesso livre ao público e estará preparado com equipamentos para a prática de desporto e lazer, muito direcionado para as famílias e para as crianças, numa lógica de dinamização e reabilitação urbana.

Atentos os pressupostos da proposta apresentada pelo executivo municipal, a bancada do PS congratula-se com este projeto de investimento privado no município e, por esse motivo, votará favoravelmente.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“O PSD vê com bons olhos investimentos que visem o desenvolvimento de projetos empreendedores e que enriqueçam o nosso território.

O conceito do Centro de Exposições Transfronteiriço é um projeto privado, que deverá ser apoiado pelo município à medida das suas capacidades financeiras e grandeza.

A nossa capacidade de atrair investidores deve passar sempre pela negociação face ao seu interesse público.

Neste caso, a criação de um Centro de Exposições mereceria que da parte do nosso município, estrategicamente se ponderassem algumas medidas concretas para captação e fixação deste investimento, nomeadamente a aprovação clara e transparente de uma via verde para todas as questões ligadas ao seu licenciamento, isenção de taxas urbanísticas e eventualmente até a isenção da Derrama.

Para além disso, até poderíamos ir mais longe.

Porque não a existência de um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a entidade promotora sendo que ambas as partes acordariam formas e contrapartidas para um trabalho profícuo, articulado e sustentável, colocando a Câmara de Caminha, inclusive, todo o seu know-how enquanto promotora de cultura para a dinamização de eventos no CET.



Assembleia Municipal de Caminha

No entanto, não estamos a discutir o Centro de Exposições, nem formas de apoiar este investimento em Caminha.

O que se vai aprovar hoje neste órgão é um contrato de promessa de arrendamento.

Um contrato de promessa de arrendamento que não traz anexo qualquer estudo de impacto financeiro nas contas municipais e, que face à situação financeira da Câmara de Caminha tinha que vir obrigatoriamente.

Lembrem-se que no início deste ano pediu-se um saneamento financeiro, vulgo troika, ao fim de 7 anos de gestão socialista.

Aliás, foi neste órgão que o Sr. Presidente disse que tinha que aumentar às famílias do Concelho a tarifa da água e aumentar para o máximo as taxas de IMI e IRS por graves dificuldades financeiras, portanto, estranhámos como é que nos apresenta este documento sem essa análise financeira.

Não existe nenhuma explanação relativa à cabimentação orçamental desta despesa, nenhuma alteração prévia ao Plano Plurianual de Investimentos com a abertura da respetiva rubrica, atos obrigatórios, uma vez que estamos a comprometer o executivo a despesa pública avultada que ultrapassa o exercício.

Quando se fala de uma renda de 25 mil euros, devemos acrescentar os gastos com o pessoal, com a água, com a luz, com as reparações e manutenções gerais, o que perfaz um valor mensal que poderá ascender ao dobro. Ao fazerem o contrato desta forma e não acautelando estes valores, estão declaradamente e como foi dito em reunião de Câmara pelo próprio promotor a tentar contornar a necessidade de visto do Tribunal de Contas (que obriga a visto em valores superiores a 350 mil euros).

O único estudo que vem junto a este contrato foi um estudo solicitado pelo próprio promotor para apresentar à Câmara de Caminha e que, em termos comparativos, frisa sempre o Centro de Exposições de Viseu, esquecendo-se de falar do de Viana do Castelo ou do CET dos Arcos de Valdevez.

φ
7'
Z



Assembleia Municipal de Caminha

Talvez o motivo seja, porque o estudo foi feito para a Guarda e, aí sim, fazia sentido comparar com Viseu.

Este estudo financeiro é um documento cheio de lugares comuns, cuja base é sustentada por eventos realizados 365 dias por ano e daí surgirem os números apresentados. Ora, sabemos todos o quão utópico é realizar eventos 365 dias por ano, mas entendemos a necessidade do promotor de sobrevalorizar a sua apresentação para tentar alcançar os seus propósitos.

O contrato de arrendamento que estamos a aprovar, sustenta-se no seu conteúdo, por um preceituado legal que não se adapta à realidade do mesmo, uma vez que não falamos em direitos de superfície, como o mesmo refere, porque os terrenos não são da Câmara.

Usaram de forma abusiva, e aproveitando o facto do nome que este promotor usou para o equipamento na Guarda ser o mesmo, um parecer que não se coaduna com o contrato de arrendamento que vai hoje a votação.

Por exemplo, no Parecer refere elogiando, o facto de na Guarda terem sido acauteladas as questões de seleção de operadores, vulgo concurso público. Em Caminha isso não aconteceu.

Não foi levado a concurso publico para a seleção de promotores/investidores. Aqui em Caminha estamos claramente a beneficiar um privado em concreto e a fazer deste contrato de arrendamento uma garantia de futuro para o mesmo.

A falta de transparência é clara e a falta de concurso público também nos leva a temer este contrato.

Repare-se que estamos a aprovar um contrato de promessa de arrendamento, sem saber o que é, quem vai construir, onde está o projeto, quanto vai efetivamente custar.

O que está no documento, subscrito pelo promotor, diz que vai custar 7,9 milhões de euros, e a Camara vai pagar só de rendas 7,5 milhões ao fim dos 25 anos. Mas temos que acrescer a estes valores a luz, água, funcionários, logística para eventos, contratação de artistas ou empresas sectoriais e afins. Portanto, quanto é que a câmara vai gastar em concreto?

Handwritten marks in blue ink, including a stylized symbol at the top, a number '7' in the middle, and a signature-like scribble at the bottom.



Assembleia Municipal de Caminha

O promotor em reunião de Câmara indicou que esta obra custaria 8,5 milhões de euros mais IVA. Ou seja, nem os valores do promotor batem certo, nem os 25 mil euros por mês correspondem ao que efetivamente a Câmara vai gastar. Para concluir, não tendo nada contra o investimento privado neste Centro de Exposições, que fique bem claro, o que nos apraz aprovar é um contrato de arrendamento público que está feito usando um parecer que não o sustenta e com valores e premissas que não correspondem ao que verdadeiramente vai ser gasto.

Não anexaram qualquer estudo de impacto financeiro municipal.

Por este motivo não podemos votar favoravelmente.

Alterem o parecer, acautelam um concurso público para aquela que é a vontade estratégica de trazer um Centro de exposições, digam os valores reais e anexem um estudo financeiro do impacto destes valores nas contas municipais e cá estaremos para votar favoravelmente.

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que para aqueles que assistem de casa, é evidente que esta Assembleia gosta de discutir e de recolher todas as opiniões por mais diversas que elas sejam, não se trata de qualquer tipo de fuga a qualquer discursão como o Senhor Presidente de Câmara acabou de transmitir, mas, apenas uma questão de forma de funcionamento desta Assembleia e pelo facto de muitas e muitas vezes a própria mesa ser ultrapassada nas intenções da Câmara, aquilo que sempre têm contrariado.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos ali apresentado disse o Senhor Deputado que sabiam que a vinda ali do promotor seria de defender o próprio projeto, e não veio acrescentar nada de novo à documentação que já tinham, embora seja agradável ouvi-lo na primeira pessoa, mas, também o podiam ter feito em outro fórum, não havia necessidade de o fazerem ali, e desculpem esta frontalidade. É, que a questão ali é muito mais política do que

@
7.
L



Assembleia Municipal de Caminha

propriamente técnica e aquilo que ali se discute são as políticas e apostas da Câmara. E, com esta intensão continua no entendimento da CDU apostar na sua monocultura de turismo, é mais uma aposta, que é mais do mesmo, mas, isso é mal? não necessariamente, não estão a dizer que é mal. Até podiam entender que há algum arrojo e alguma vontade de alavancar mais e trazer mais disponibilidades, mas, a verdade é que estão ali a falar de um modelo de negócio que os assusta, porque os vincula por 25 anos, e aquilo que não gostam de ver, é o Município a assumir por vezes algum discurso que era muito mais aceitável vindo do próprio promotor, e é estranho para quem quer perceber as políticas da Câmara Municipal vê-la de tal forma alinhada de quem defende o projeto parecendo que há uma sobreposição, percebe que exista uma amizade, que nada tem a ver com o projeto em si. E, quanto ao projeto em si, julga que ninguém é contra que Caminha tenha algum potencial de trazer mais movimento, de ter um espaço onde possa acolher outros eventos, de ter outro dinamismo ao nível do turismo, mas, a verdade tem a ver com os valores que ali são apresentados. O parceiro Green Endogenous que é o que consta no contrato, tanto quanto puderam apurar é uma empresa que foi criada em fevereiro deste ano, correto? E, 15 dias depois da sua constituição estaria já a assumir a gestão por 50 anos de um Hotel em La Guardia, isto no que diz respeito ao parceiro escolhido para esta possível iniciativa que envolverá a Câmara e que a comprometerá pelo menos em 25 anos. Diz ainda quanto ao investimento que ali foi defendido que se estará a falar de 8 milhões de euros, e se multiplicarem os 25 mil euros de renda por 25 anos dará 7 milhões e 500 mil euros, é estranho, como o promotor privado vai ganhar dinheiro, investindo 8 milhões e ao fim de 25 anos receber 7 milhões e 500 mil euros, torna-se estranho.

Disse ainda o Senhor Deputado que também fizeram a leitura que esta era uma questão de gestão e entende que não havia necessidade de trazer ali essa matéria, poderá ali haver uma outra questão de vínculo com a própria Assembleia Municipal, mas, não havia, o que estranhou, porque no que diz

Ⓢ
z.
Z



Assembleia Municipal de Caminha

respeito à própria fiscalização, se se estivesse a falar de um investimento de 8 milhões de euros da própria Câmara, isso obrigaria ao crivo do Tribunal de Contas, isso também seria alguma garantia de que há um poder de fiscalização mais eficaz sobre o Município de Caminha, por um lado é mal que os trava, mas, por outro lado também é bom porque é uma ação fiscalizadora que dá algumas garantias em termos de gestão da coisa pública, claro que falando deste modelo, não há necessidade de o fazer, como também não há necessidade de fazer as consultas às entidades, etc., e por isso voltam atrás, como se chegou aos 25 mil euros de renda? Era algo que gostariam de saber, porque aquilo que sabem é que estas rendas serão atualizadas anualmente e aí as coisas mudam de figura já não se fala dos 25 mil euros vezes os 25 anos, já se estará a falar de outros valores que farão a despesa do Município crescer de forma que faça que o Município não seja capaz de honrar os seus compromissos. Uma outra questão, é que não há a mínima possibilidade de se fazer a denúncia do contrato nos primeiros 25 anos, ou seja, nos primeiros 25 anos tem de cumprir o contrato até ao fim, terá de se ficar vinculado a este contrato, e na verdade isto também os preocupa e deixa-os de facto um pouco confusos sobretudo naquela que será a intensão de dinamização do próprio espaço, e ainda ficaram mais confusos quando o Senhor Presidente veio ali dizer que nas últimas semanas já teve alguns contactos de possíveis interessados em arrendar aquela espaço. É, que a primeira leitura que fizeram 25 mil euros não é coisa pouca, e da primeira leitura que fazem é que não seria fácil encontrar alguém que tivesse na disponibilidade de pagar um pouco mais do que isso, antevendo também os aumentos anuais da renda, e com este novo dado, de que teria que haver uma grande confiança de que ele correspondia à realidade de que seria assim tão fácil de encontrar esses interesses em poder alugar e dinamizar o espaço, já se podia estar a falar diferente daquilo que inicialmente tinham previsto, porque inicialmente não previam de que havia assim tanto interesse em arrendar um espaço em pelo menos de 25 mil euros.



Assembleia Municipal de Caminha

E, por isso o Senhor Deputado deixa assim todas estas perguntas para que possam ser respondidas. E, tomaram a decisão de voto sobre aqueles que forem os esclarecimentos.

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que tem mais facilidade em responder a questões lógicas e coerentes, mas, tem mais dificuldade em responder a questões diversas absolutamente opostas na mesma intervenção.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, disse o Senhor Presidente que não se pode vir diabolizar esta construção legal que permite que haja um investimento deste tipo no Concelho de Caminha, e diabolizar tudo que está á volta deste debate e dizer que estão a favorecer um privado, ao dizer que existe nesta matéria uma forma de favorecimento de um privado sem nenhum concurso e depois dizer que sobre o ponto de vista do PSD abria-se uma via verde para o licenciamento quase sem cuidar do normativo, e isentar de taxas urbanísticas, “isso era o que faltava”, vai pagar todas as taxas urbanísticas, porque, são essa taxas urbanísticas que vão permitir que no próximo ano se tudo correr bem, financie o primeiro ano de renda e ainda se ficar com alguma margem para gerir tesouraria, isto acrescentando ao imposto que irá ser pago pela compra do terreno de 33 mil metros quadrados. E, ser a Câmara a promotora da cultura, é disso que se está a tratar, porém, dizer isto tudo e depois diabolizar o contrario, isso não faz sentido, e dizer que falta a cabimentação orçamental, isso também não faz sentido, porque não se vai pagar nenhuma renda este ano, ainda não se aprovou o orçamento do próximo ano, e aí é que estará a primeira renda que é a antecipada, também dizer que não tem estudo de impacto financeiro! tem estudo de impacto financeiro, tem salientado os custos inerentes. No entanto, a Câmara entende que este projeto tem capacidade para dar lucro ao Município, mas, está preparado para que dê zero ao Município, porque é assim que se tem que tratar estas matérias, tem



Assembleia Municipal de Caminha

que se pensar no melhor cenário, e esse seria que, com a atividade da Câmara de dinamizar este espaço e com o conjunto de eventos que ali se podem realizar pode-se ter lucro, ou em segunda linha, que a Câmara conseguisse concessionar aquele espaço por um valor superior á renda, ficaria descansada a receber uma mais valia e deixar que outro privado fizesse a gestão do espaço, no entanto, o executivo está preparado para não conseguir que alguém pague a mesma renda, que pague uma parte, e para não ter a totalidade do lucro que estão a pensar, e para não ter lucro nenhum se correr mal. E, porque estão preparados? Porque as contas que fazem tem a ver com o caminho que tem vindo a fazer com a consolidação das contas, e relembra que no ano passado equilibraram as contas relativamente ao ano, lembra que só nos processos judiciais que pagaram por causa da herança que o PSD deixou, em 2015 pagaram 266 mil euros, em 2017, 245 mil euros, em 2018, 250 mil euros, em 2019, 200 mil euros, não investiram em nada, não potenciaram nada, deitou-se ao lixo milhares de euros e ainda se acabou de receber uma sentença há dias de um trabalhador da Câmara Municipal, um técnico superior, que apresentou uma ação judicial contra a Câmara Municipal antes de este executivo tomar posse, pelo tratamento desumano a que foi votado, tendo sido encostado durante anos a fio, na unidade de queimados criada para encostar funcionários de Câmara (é isso que está provado nesse processo), e foram condenados a pagar 200 mil euros, logo, já estão preparados para no próximo ano pagar mais 200 mil euros, ora quando o executivo acabar de pagar esta herança, no mínimo tem capacidade para pagar 200 ou 250 mil euros. E, ainda acresce o empréstimo do PRED que vossas excelências contraíram para pagar dividas a fornecedores que tinham, e este executivo estava a pagar até o passado ano, em cada ano 100 mil euros por ano, felizmente que já o acabaram de pagar, e ainda em 2004 e 2005 pediram três empréstimos para pagar dividas, ora, a Câmara Municipal em 2025 que já pouco falta vai deixar de pagar estes empréstimos que todos juntos perfazem o valor de 147 mil euros. E, por isso, o executivo sabe que

9

7.

2



Assembleia Municipal de Caminha

com aquilo que fizeram hoje relativamente à gestão da receita, e com aquilo que se fez nos últimos anos relativamente à gestão da despesa e com aquilo que vai deixar de existir, está-se preparado para se avançar para este investimento, isto se correr mal, sendo que a expectativa é que corra bem. Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Rui Taxa que se o Senhor Professor Licínio Lopes, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde tem vindo a lecionar, diversas unidades curriculares nas áreas Direito Administrativo III, Direito Administrativo I e II, Direito Fiscal, Contratos Públicos, Direito do Emprego Público, Parcerias Público-Privadas, Direito Público I, Administração da Escassez, Direito Administrativo da Escassez em vários Mestrados e Doutoramentos, lhe diz ali que este contrato de arrendamento não tem que ir ao Tribunal de Contas, que não tinha que ir ali à Assembleia Municipal, quem é ele para o tentar convencer do contrário, e isto não tem nada a ver com valores, apenas tem a ver com a natureza do contrato, isto é apenas um contrato de arrendamento, mas, se o Professor Licínio Lopes não o convence, não vai ser ele que é um mero aluno da Universidade de Coimbra não vai conseguir lhe explicar isto, agora, dizer que o parecer do Professor Licínio Lopes ao ali dizer que não é preciso ir a Tribunal de Contas aquele contrato e dizer que aquele parecer não quer dizer aquilo que quer dizer é difícil. O executivo levou ali o Senhor que assinou o parecer, mas, de facto é que o Senhor Deputado disse ali que não tinha lido os documentos, os quais deveria ler.

Disse ainda o Senhor Presidente que também foi ali explicado que não há qualquer benefício para os privados, foi escolhido o parceiro e tudo ali está colocado com total transparência, mesmo não sendo necessário ir esta matéria à Assembleia Municipal.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que não mistura as coisas, mas, também não se trata ali de fugir a nenhuma questão e é natural que o promotor vá ali, porque



Assembleia Municipal de Caminha

se não viesse ali esclarecer esta matéria, então seria difícil, depois daquilo que se ouviu estes dias, como;

Quem é esta gente, que vem para aqui investir!

Porque vem para Caminha!

Aquilo que se trata é de contornar o Tribunal de Contas!

Isto é um benefício privado!

É, lógico que as pessoas venham ali esclarecer estas matérias, porque os Senhores Deputados acham que se está ali a defender uma parte, não, eles vieram ali dar a cara. O Professor Licínio Lopes fez um parecer e os Senhores Deputados não acreditam, que não tem razão, no entanto, o Senhor Professor veio ali defender esse parecer e dizer que o escreveu, por isso, era importante que ali viessem, viram a cara dos juristas e do investidor.

Existe um receio pelo facto de o Município se vincular por 25 anos, mas, não pode ser de outra forma, está-se a falar de um projeto com uma enorme dimensão, e necessita deste vínculo, percebe o receio de não se poder renunciar o contrato durante 25 anos, mas, também se pode resolver com um acordo de partes, e existem muitas maneiras de este contrato deixar de existir, mas, é natural que as partes tenham que ter alguma proteção. Disse ainda o Senhor Presidente que o Senhor Deputado referiu em relação ao arrendatário que existem muitos riscos que está muito confiante, que podem existir privados interessados nesta matéria, como é evidente já tem vindo a trabalhar neste projeto há muitas semanas e já aconteceu existirem privados interessados, agora, quando o executivo apresentar um privado interessado na concessão, não venha dizer que querem concessionar uma atividade municipal a um privado é importante que nesse momento haja coerência. E, também não existe nenhuma sobreposição ao trabalho público, o que existe é um trabalho em conjunto, está-se a trabalhar com uma empresa, essa empresa tem um objetivo, mas, o Município também tem um objetivo, claro que, o privado quer ter o máximo de lucro a Câmara quer ter o mínimo de despesa, ou seja, a Câmara negocia, logo, é natural que exista uma confluência de interesses e



2'

2



Assembleia Municipal de Caminha

de se tentar fazer este projeto em comum para se encontrar uma solução. E, como surge o preço? O preço surge da soma daquilo que o privado vai pagar pelo terreno, impostos, na construção, e no final tem-se um preço a dividir por 25 anos. Como é que o privado vai ter lucro? ao fazer as atualizações, no âmbito dessa atualizações que estão escritas nos documentos enviados, e fazem-se com as melhores regras e praticas europeias pelo mínimo e essas atualizações mais a gestão que farão da obra são fundamentais, ou seja, o investimento está hoje previsto nas contas que eles tem para construir aquele edificado, mas, está previsto comprar o terreno por um milhão de euros, mas, se o comprarem por 600 mil euros vão ali buscar uma margem, ou seja, nas negociações eles não dizem tudo, mas, o Município também não diz tudo, e encontram um ponto aonde estão disponíveis para fazer esse acordo.

Quanto ao facto de a empresa ter nascido há pouco tempo disse o Senhor Presidente que se trata de uma empresa veículo, que serve para montar este ou outros projetos, ou seja, o capital, o investidor, o fundo de investimento está ali e vai gerando isto, foi como a empresa que hoje organiza o Festival de Vilar de Mouros, ou seja, a partir da empresa mãe criou-se uma empresa para gerir o festival, tem sede em Caminha e faz o seu trabalho, portanto, isto não é nada de extraordinário, e é normal que assim seja e aconteça.

Por fim o Senhor Presidente perguntou ao Senhor Professor Marcelo Delgado em relação às questões jurídicas houve ali uma matéria que foi dita e que ele não soube bem explicar e se entende que é possível explicar de outra forma, porque, gostava que ali fica-se bem explicado para que não hajam dúvidas na questão da orçamentação, do Tribunal de Contas e do modelo de negócio dentro daquilo que é a visão do Senhor Professor nesta matéria.

O **Senhor Doutor Marcelo Delgado**, disse que o contrato que ali estão a falar não é um contrato administrativo, é um contrato de arrendamento, e seguramente que a Câmara tem contratos de arrendamento que não se destinam a uma obra desta dimensão e esses contratos nunca foram



Assembleia Municipal de Caminha

questionados no sentido de saber se estão sujeitos a visto do Tribunal de Contas, ou, ao princípio da concorrência. Está-se a falar de um contrato privado, e o Município celebra a sua gestão quotidiana contratos de direito privado e este é um deles. Este contrato tem uma especificidade que é preocupante para quem não domina este modelo jurídico que é o investimento público que está subjacente à celebração do contrato; é um contrato que se prolonga muito no tempo 25 anos, está-se a falar em um investimento público que corresponde a 25 mil euros por mês de renda, mas, a forma como está feito o contrato o Município conseguiu blindar todos os aspetos de interesse público que estão subjacentes à celebração do contrato, como disse o Senhor Presidente e bem, quanto à clausula que ali foi apontada de não poder haver denuncia do contrato durante os 25 anos, isso é recíproco, porque este negócio se correr bem ao Município de Caminha também o privado não pode denunciar este contrato.

Relativamente ao não ter que fazer concurso e se é legal, disse o Senhor Doutor Marcelo que sim, é legal, não tem dúvida nenhuma sobre isso, o código dos contratos públicos tem uma parte que determina quais são os contratos que estão sujeitos à concorrência, logo, estão sujeitos ao regime da contratação pública, mas, como se está a falar de um contrato privado, um contrato de arrendamento, e os contratos de arrendamento não são contratos públicos e nessa justa medida eles estão excluídos da contratação pública, e como humilde jurista, ele pode dizer que se este modelo for replicado em outros Municípios, admite que por via legislativa se queira amarrar este tipo de contrato as regras da contratação pública, mas, ainda agora entrou uma alteração ao Código dos Contratos Público na Assembleia da República que vai entrar em vigor em outubro e nessa alteração não se fez nada sobre isso. Este contrato está sujeito a visto do Tribunal de Contas? não, os contratos com 350mil euros não estão sujeitos, agora só contratos de valor superior a 750 mil euros é que estão sujeitos a visto do Tribunal de Contas, neste caso a própria Lei do Tribunal de Contas diz “que exceciona de visto do Tribunal de Contas



Assembleia Municipal de Caminha

todos os contratos de bens imoveis”, e aquilo que ali se está a falar é precisamente de um contrato de bens imoveis que tem uma génese faseada, e qual é génese faseada, primeiro o contrato de promessa de arrendamento até que o imóvel apareça, depois da existência do imóvel o contrato de arrendamento definitivo, pode ser o modelo que outros municípios vão ter procura para cativar investimento e aquilo que pode acontecer é que se o estado e o legislados entenderem que estes contratos tem que ter o escrutínio do Tribunal de Contas e do Código dos Contratos Públicos, pois terão que alterar a Lei, enquanto isso não acontecer os Municípios vão poder fazer e desenvolver este modelo jurídico.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 05 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Deputado Carlos Videira, fez a seguinte declaração de voto;

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente, da Câmara Municipal,
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores,
Sras. Deputadas e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.

Nas intervenções que tenho protagonizado nesta Assembleia Municipal, tenho defendido a necessidade de combater a sazonalidade da economia do concelho de Caminha, alertando o executivo municipal para a necessidade da



Assembleia Municipal de Caminha

criação de uma estratégia de criação de emprego qualificado e de captação de investimento externo, que contribua para o desenvolvimento de uma economia mais diversificada e para a fixação de população jovem.

Uma necessidade assinalada no programa eleitoral do Partido Social Democrata aquando das últimas eleições autárquicas como fator essencial para o progresso e desenvolvimento do concelho e à qual tenho procurado dar eco, por uma questão de convicção e de identificação com as propostas apresentadas a sufrágio.

É a partir dessa perspetiva que analiso a proposta de Minuta de Contrato de Promessa de Arrendamento para Fins não Habitacionais do Futuro Centro de Exposições Transfronteiriço, apresentado nesta sessão da Assembleia Municipal. Que em teoria vem dar razão às reivindicações do Partido Social Democrata de criação de uma estratégia de captação de investimento externo. Que em teoria poderá representar um contributo muito relevante na criação de emprego e na organização de grandes eventos de índole cultural e empresarial.

Naturalmente que um investimento desta natureza comporta riscos. Que poderiam e deveriam ser melhor acautelados se a opção fosse a da realização de um concurso público, abrindo o procedimento a um regime de concorrência mais amplo. Nessa matéria, acompanho sem reservas o comunicado emitido pelos vereadores do Partido Social Democrata, até porque serão os futuros Executivos Municipais que acarretarão com as consequências, positivas e negativas, da decisão que neste momento se pretende tomar.

No entanto, e em coerência com as minhas intervenções anteriores, que são públicas e estão registadas, não posso deixar de considerar que um projeto desta natureza se reveste de interesse estratégico para o desenvolvimento do concelho, ainda que manifestando preferência por outro tipo de procedimento que deveria ser assumido mais por opção política do que por imperativo legal, avaliando a possibilidade da existência de outros interessados e salvaguardando o interesse público.



Assembleia Municipal de Caminha

No contexto apresentado, caberá à oposição uma fiscalização atenta e responsável deste projeto, nomeadamente no que diz respeito aos prazos de execução, aquisição de terrenos, apresentação de projeto, licenciamento do espaço e modelo de exploração a seguir, entre outros.

Sr. Presidente, da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente, da Câmara Municipal,
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores,
Sras. Deputadas e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

O Partido Social Democrata decidiu transmitir uma orientação de voto de oposição aos termos em que se concretiza este projeto. Por mais impopular que seja, considero que a disciplina de voto é um mecanismo relevante em democracia, na medida em que os deputados apenas o são porque se apresentam a eleições em listas apresentadas por partidos políticos.

Mas entendo que foram várias as intervenções públicas em que expressei de forma clara a minha convicção. E que essa convicção vai ao encontro do disposto no programa eleitoral sufragado em 2017.”

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de junho 2020

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 26 de junho 2020**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a



Assembleia Municipal de Caminha

favor, 0 votos contra e 10 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Primeira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa à “**Primeira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)**”; conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1, do art.º 90, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea h) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Primeira Alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)”.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que a matéria que ali estão a decidir é uma primeira alteração ao PDM de Caminha, é uma alteração em uma zona de grande importância no desenvolvimento do Concelho e particularmente em Vila Praia de Âncora. Vila Praia de Âncora é a Vila do Norte do País aonde tem os serviços de apoio à comunidade mais concentrados, num raio de 300 metros tem piscinas, um pavilhão gimnodesportivo, um complexo escolar, as forças de segurança, o Centro de Saúde, um equipamento de apoio à terceira idade e havia a Ancorensis que tem a possibilidade de ser um equipamento de apoio à terceira idade, mas, no processo de revisão do Plano Diretor Municipal já numa fase difícil da



Assembleia Municipal de Caminha

Ancorensis, foi entendido que, para dar uma maior flexibilidade ao que acabaria por acontecer, o equipamento Ancorensis deveria aparecer em PDM, não como equipamento, mas como espaço urbano que se entendeu nesse momento de ser de baixa densidade, no entanto, surgiu a oportunidade de lhe dar um uso de equipamento de apoio social, logo, teria que se fazer esta adaptação ao PDM a essa função de equipamento. O processo tornou-se fácil na medida em que estas alterações pontuais estão previstas no novo regime jurídico dos instrumentos territoriais, e são procedimentos simplificados desde que não mexa com servidões administrativas, como; reservas agrícolas, ecológicas, linhas de água e etc., mesmo assim teve alguns reflexos no que diz respeito à infraestrutura da Nacional 13, porque se entende que aquilo é uma sobrecarga da Nacional 13, e o processo demorou mais tempo do que aquilo que era espectável na medida em que foi apanhado pelo confinamento, o que veio atrasar algumas destas decisões, porque à volta de todos aqueles serviços todo aquele espaço é considerado habitacional e existia ali uma ponte que estava considerada espaço urbano de baixa densidade que não fazia sentido, logo, são estas duas pequenas alterações que foram realizadas e que vão permitir dar continuidade aquilo que tem sido o uso daquele espaço. E, no processo de discussão pública não houve nenhum reparo, foi a reunião de Câmara e está ali para que se conclua a alteração que o executivo pretende fazer.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0



Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

d) 1ª Revisão ao Orçamento Municipal do Ano 2020

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa à “1ª Revisão ao Orçamento Municipal do Ano 2020”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “1ª Revisão ao Orçamento Municipal do Ano 2020”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Alteração Modificativa ao Orçamento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa à “**Alteração Modificativa ao Orçamento**”, conforme



Assembleia Municipal de Caminha

documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração Modificativa ao Orçamento”.

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Argela, Sandra Ranhada**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Após os enormes investimentos feitos na Freguesia que presido, Argela. no que concerne a Toponímia, Fibra ótica e saneamento numa parceria constante é produtiva entre a Junta de Freguesia e o Município de Caminha, que muito valorizam e dignificam Argela e as suas gentes, eis que surge uma nova realidade: foi aprovada mais uma candidatura, a "Incubadora Verde, para apoio ao empreendedorismo rural e sustentável — Escola Primária de Argela".

O seu objetivo é a criação de uma incubadora verde que contribuirá para a promoção do microempreendedorismo e empreendedorismo social, através da adaptação da antiga escola primária de Argela.

A incubadora será um lugar para a criação de empresas ligadas ao setor primário, á valorização dos produtos locais e à recuperação do património natural, da cultura e dos saberes.

A Incubadora Verde potenciará a economia local e reforçará a competitividade do Município, fomentará a criação de um viveiro de empresas ligadas ao setor primário, a valorização dos produtos locais e a recuperação do património natural, da cultura e dos saberes tradicionais; identificará no concelho de Caminha os produtos que poderão ser produzidos com excelente qualidade em



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in black ink]

Assembleia Municipal de Caminha

modo biológico; promoverá o investimento no setor primário, na sua valorização, aproveitando áreas desertificadas e disponíveis; apoiará o investidor, no âmbito empresarial, através de um conjunto de empresas, permitindo contacto direto com técnicos e especialistas diversos de modo a definir com qualidade o seu projeto e a sua implementação e a criação de um selo de qualidade da região, de modo a identificar a origem e qualidade dos produtos.

Esta pretende ainda a formação nos investidores e produtores em diversos domínios do setor primário, valorizando a agricultura biológica; incentivar o empreendedorismo nos jovens locais e a internacionalização dos produtos.

Este será um polo dinamizador e de atração para jovens empreendedores do nosso Concelho, da minha freguesia.

Esta será propiciadora da criação de emprego. Esta será promotora e impulsionadora de oportunidades. Esta será a primeira incubadora do Concelho. As freguesias do interior também merecem que lá sejam implementadas oportunidades desta magnitude.

O edifício da antiga Escola Primária de Argela estava ao abandono e precisava de ver aquele espaço requalificado e utilizado, deste modo, esta candidatura é um benefício de enorme valor.

Acreditamos que Argela terá muito a ganhar com este investimento.

Acreditamos na capacidade desta valência para Argela, mas sobretudo para o Concelho!

Disse.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Assunção de Compromisso Plurianual Específico Relativo ao Procedimento “Ampliação da Escola Básica e Secundária e Espaços de Integração para o Ensino Articulado de Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de agosto de dois mil e vinte, relativa ao **“Assunção de Compromisso Plurianual Específico Relativo ao Procedimento “Ampliação da Escola Básica e Secundária e Espaços de Integração para o Ensino Articulado de Vila Praia de Âncora”**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a “Assunção de Compromisso Plurianual Específico Relativo ao Procedimento “Ampliação da Escola Básica e Secundária e Espaços de Integração para o Ensino Articulado de Vila Praia de Âncora”, de acordo com o definido na cláusula terceira do contrato de empreitada de obra pública celebrado a 25/05/2020 entre este Município e a firma “Baltor – Engenharia & Construção, Lda.”, do seguinte modo:

- ano de 2021: € 1.226.268, 53 (um milhão duzentos e vinte e seis mil duzentos e sessenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos), IVA incluído;
- ano de 2022: € 156.562,65 (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos), IVA incluído.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0

[Handwritten signatures]



Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

j) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

k) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

l) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo- Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

m) Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e



Assembleia Municipal de Caminha

vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo- Atividade de Animação e Apoio à Família**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

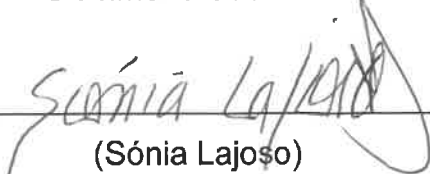
Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H15M, do dia 26 de setembro de 2020, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário


(Sónia Lajoso)



A small, stylized handwritten mark in blue ink, resembling a signature or initials, located in the top right corner of the page.

Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'Gaspar Pereira'.

(Gaspar Pereira)

O Presidente

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'Luís Augusto Pestana Mourão'.

(Luís Augusto Pestana Mourão)